



Caderno de Diagnóstico Prévio

março/2024

FICHA TÉCNICA

PROJETO: EXPORIDE – Programa de desenvolvimento regional e integração das cadeias produtivas dos municípios da RIDE-DF

AÇÃO 2: Levantar dados demográficos, infraestrutura e urbanização para análise das necessidades e potencialidades dos Municípios

PRODUTO 2.4 Caderno de Diagnóstico Prévio.

EQUIPE TÉCNICA

Coordenadoria

Ivelise Maria Longhi Pereira da Silva

Consultoria

Eliana Klarmann Porto



LISTA DE FIGURAS

NUMERAÇÃO DAS FIGURAS	DESCRIÇÃO
Figura 1	Mapa dos Municípios da AMB
Figura 2	Gráfico de crescimento populacional na PMB
Figura 3	Mapa com destaque para os lagos Descoberto e Corumbá IV
Figura 4	Gráfico Ranking de Domicílios Ocupados com Atendimento de Rede de Esgoto
Figura 5	Gráfico Incremento de Domicílios Ocupados com Atendimento de Rede de Esgoto - PMB
Figura 6	Gráfico Percentual de domicílios que utilizam fossa 2019/20
Figura 7	População com atendimento de rede de esgoto 2022
Figura 8	Gráfico Comparativo de Acréscimo de População e Mancha Urbana
Figura 9	Gráfico comparativo de atendimento de rede de energia elétrica
Figura 10	Gráfico percentual de domicílios com coleta seletiva
Figura 11	Destinação de resíduos sólidos em Águas Lindas
Figura 12	Destinação de resíduos sólidos em Santo Antônio do Descoberto
Figura 13	População em situação de rua
Figura 14	Gráfico habitações precárias
Figura 15	Gráfico ônus excessivo de aluguel
Figura 16	Mapa Conurbação Urbana na RIDE DF e ENTORNO
Figura 17	Gráfico Evolução da Demanda do Transporte Semiurbano da AMB
Figura 18	Gráfico Porcentagem da população residente que utiliza os serviços no próprio município
Figura 19	Mapa Equipamentos Urbanos de Águas Lindas de Goiás
Figura 20	Mapa Equipamentos Urbanos de Cidade Ocidental
Figura 21	Mapa Equipamentos Urbanos de Luziânia
Figura 22	Mapa Equipamentos Urbanos de Novo Gama
Figura 23	Mapa Equipamentos Urbanos de Santo Antônio do Descoberto
Figura 24	Mapa Equipamentos Urbanos de Valparaíso

LISTA DE TABELAS

NUMERAÇÃO DAS TABELAS	DESCRIÇÃO
Tabela 1	Divisão do território da AMB
Tabela 2	Caracterização do território e da população da PMB
Tabela 3	PIB, salário médio mensal dos trabalhadores formais e população ocupada
Tabela 4	Domicílios Ocupados com Atendimento de Rede Geral de Abastecimento
Tabela 5	Utilização de fossa séptica e fossa rudimentar
Tabela 6	Destino dos resíduos sólidos - 2021
Tabela 7	Déficit habitacional e seus componentes
Tabela 8	Bolsa família
Tabela 9	Tabela Evolução do número de automóveis e motos nos 6 municípios-pilotos
Tabela 10	Incremento populacional e incremento percentual de automóveis
Tabela 11	Porcentagem de pessoas ocupadas por local de trabalho
Tabela 12	Média diária de passageiros por município
Tabela 13	Legislação urbanística, ambiental e de mobilidade dos Municípios-pilotos

LISTA DE SIGLAS

SIGLA	DESCRIÇÃO
AMB	Área Metropolitana de Brasília. Compreende a PMB + Distrito Federal
CAESB	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
DF	Distrito Federal
FJP	Fundação João Pinheiro
GO	Estado de Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMB	Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos de Goiás
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEDF	Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada do Distrito Federal - IPEDF, antiga CODEPLAN
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio
PMAD	Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios
PMB	Periferia Metropolitana de Brasília.
SANEAGO	Concessionária de serviços de saneamento do Estado de Goiás

Sumário

1. Sumário.....	6
INTRODUÇÃO.....	7
2. PANORAMA DOS MUNICÍPIOS-PILOTO	10
A interdependência entre os Municípios-pilotos e o Distrito Federal	11
Dados Demográficos	13
Saneamento e Sustentabilidade	17
<i>Água e Esgoto</i>	<i>20</i>
<i>Energia.....</i>	<i>31</i>
<i>Resíduos Sólidos</i>	<i>32</i>
<i>Déficit Habitacional</i>	<i>35</i>
<i>Mobilidade Urbana.....</i>	<i>40</i>
Plano Diretor e Planos Setoriais	48
3. CONCLUSÃO	67
Bibliografia Consultada.....	77

INTRODUÇÃO

O presente Caderno de Diagnóstico Prévio tem por objeto destacar seis municípios, entre os doze estudados nos Cadernos anteriores, que guardam maiores interrelações entre si, que venham a contribuir para um planejamento integrado e eficaz, na busca do desenvolvimento sustentável, maior integração entre os municípios e destes com o Distrito Federal e, conseqüentemente, melhorias na qualidade de vida, maior empregabilidade e mobilidade mais eficiente.

Chegamos, inclusive, a nominar no início do trabalho, como exemplo, alguns municípios que seriam pilotos. Todavia, no decorrer do trabalho, as análises e estudos, os HACKATOWNS, as visitas *in loco*, bem como o resultado dos questionários aplicados foram determinantes para a escolha dos seis municípios-pilotos. Estes instrumentos permitiram o conhecimento mais detalhado de cada município estudado que, alinhado à percepção dos moradores e à visão dos técnicos das respectivas Prefeituras, foram essenciais para a sua definição.

Ao longo deste trabalho pretendemos focar em aspectos demográficos, trabalho e renda, saneamento e sustentabilidade, habitação e mobilidade urbana. O objetivo é estabelecer os pontos comuns entre os municípios, resultantes do cruzamento de dados sistematizados e analisados. Consideramos, também, quais municípios apresentam melhores possibilidades de entrosamento de gestão e de ações que promovam o trabalho conjunto na busca de reduzir a sobrecarga dos serviços públicos e conseqüentemente minimizar o quadro de dependência, por meio da otimização e qualificação do espaço público.

Os dados demográficos destacados nesta etapa, com a finalidade de definir os seis municípios-pilotos, são referentes à **população** – percentual em relação à PMB, taxa de crescimento anual; percentual de área urbanizada em relação à PMB e densidade; ao **trabalho e renda** - desempenho em relação ao produto interno bruto, salário médio mensal e população ocupada; ao **saneamento básico e ao**

resíduos sólidos – abastecimento de água, usina hidrelétrica de Corumbá IV, sistema de abastecimento do Lago Descoberto, esgotamento sanitário e resíduos sólidos; ao **desenvolvimento social e à habitação** e; à **mobilidade** - fluxos de pessoas, transporte intermunicipal.

A abordagem da legislação urbanística focaliza nos **planos diretores**, nas **leis de parcelamento e de uso e ocupação do solo** e na definição do **perímetro urbano**. Já nos planos setoriais o destaque é a **mobilidade urbana**, o **saneamento básico** e a gestão integrada dos **resíduos sólidos**.

Os seis municípios, Águas Lindas, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso, possuem fortes relações com o Distrito Federal que serão exploradas neste documento. Dentre elas podemos destacar a contiguidade urbana, tanto por serem limítrofes ao DF como pela configuração da mancha urbana; alta densidade demográfica; expressivos movimentos pendulares nos deslocamentos diários ou periódicos com os fins de trabalho, estudo, compra de bens e serviços; interdependência de equipamentos públicos de saúde, em especial no DF; e a migração de famílias em busca de acesso mais facilitado à habitação.

Destacam-se os municípios estudados no mapa abaixo.

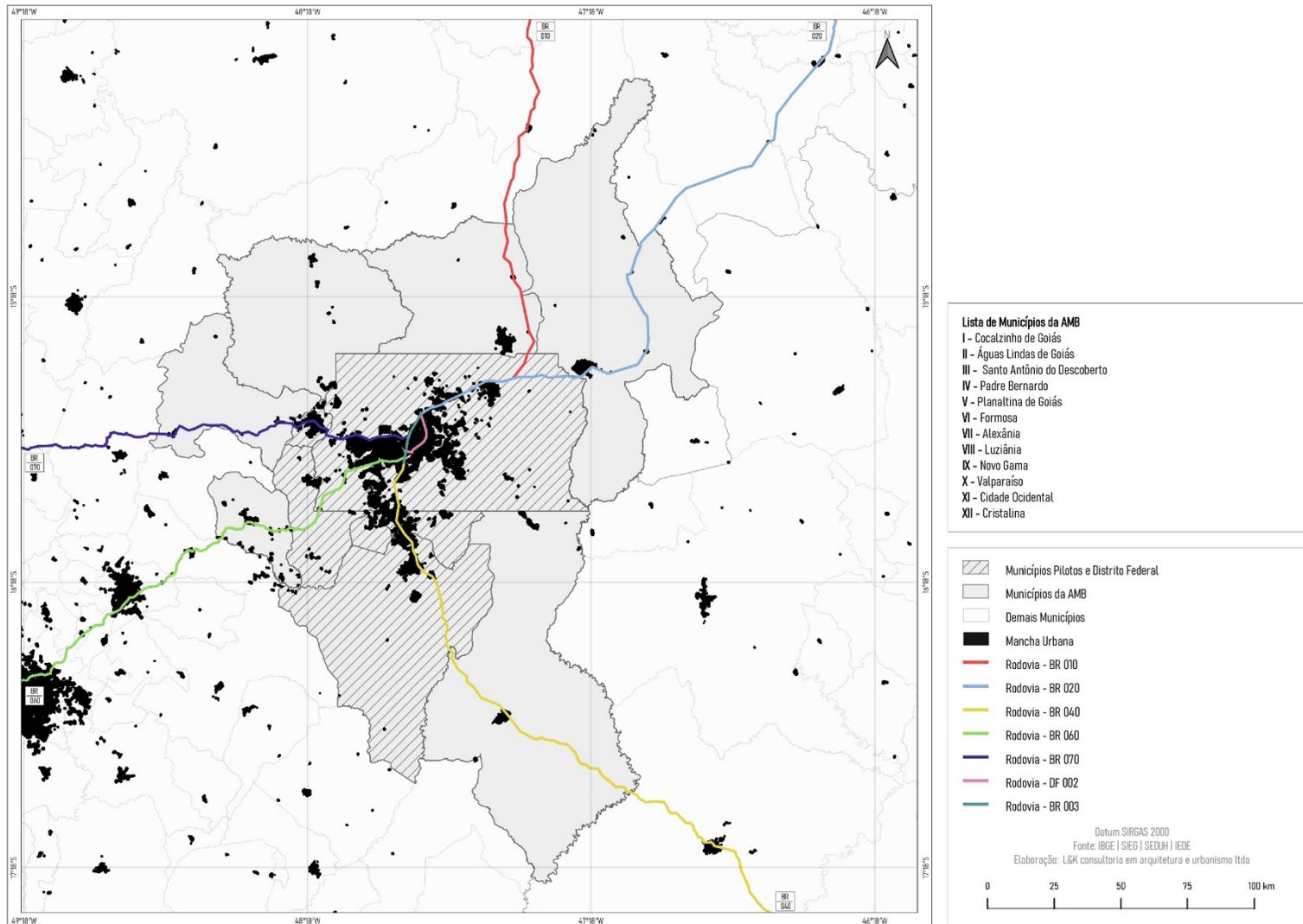


Figura 1 - Mapa dos Municípios da AMB. Elaboração L&K

1. PANORAMA DOS MUNICÍPIOS-PILOTOS



A Interdependência entre os Municípios-pilotos e o Distrito Federal

Nesta fase do estudo, como já mencionado, destacamos seis municípios da PMB, que apresentaram dados demográficos semelhantes e de maior intensidade de impacto. Também, demonstraram maior nível de interrelação entre eles e destes com o Distrito Federal. Para tal, foram utilizados os dados sistematizados, os conceitos e análises constantes dos cadernos até aqui produzidos, principalmente dos dois últimos - **Caderno de Leitura Crítica** e **Caderno de Leitura Institucional e Perceptiva**. A intenção é identificar planos, programas e projetos de interesse comum que viabilizem e otimizem um planejamento integrado.

Assim, os seis municípios-pilotos foram – **Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás**, com base na análise dos seguintes aspectos:

- Dados demográficos;
- Saneamento e sustentabilidade;
- Déficit habitacional;
- Mobilidade Urbana;
- Plano Diretor e planos setoriais;
- Relações Inter federativas experimentadas em conjunto pelos 6 municípios e DF;

Conforme visto no Caderno de Leitura Crítica, os municípios da PMB, com exceção de Alexânia e Cocalzinho de Goiás, pertenciam ao povoado de Santa Luzia, fundado em 1746, ligado à mineração de ouro. Santa Luzia, que passou a denominar-se Luziânia, assim como os núcleos dela desmembrados de Cristalina, Formosa e Planaltina de Goiás foram elevadas à categoria de cidade antes da construção

de Brasília. Percebe-se, então, que o espaço regional definido para abrigar a Nova Capital era constituído por pequenos municípios, de população rarefeita e com economia tradicional direcionada à agropecuária de subsistência.

Portanto, percebe-se no quadro abaixo que a maior parte dos municípios da PMB surgiram em decorrência da construção de Brasília, situação de quatro dos seis municípios-pilotos. Mesmo os pré-existentes – Luziânia e Santo Antônio do Descoberto, tiveram seu crescimento acelerado. Enfatizando, todos os municípios-pilotos surgiram no núcleo original de Luziânia e todos na divisa com o Distrito Federal (apenas Luziânia ficou descolada do DF).

DIVISÃO DO TERRITÓRIO DA AMB						
Núcleos existentes antes da construção de Brasília			Durante construção (1957 a 1960)		Após inauguração de Brasília	
Núcleo original	Núcleos desmembrados		Núcleo original	Núcleos desmembrados	Núcleo original	Núcleos desmembrados
Luziânia	Cristalina					
	Formosa	Planaltina de Goiás				
	Santo Antônio do Descoberto					Águas Lindas
				Padre Bernardo		
				Valparaíso de Goiás		
						Novo Gama
Desmembrados do Município de Corumbá de Goiás (não incluído na AMB)				Alexânia		Cocalzinho de Goiás

Tabela 1 - Divisão do território da AMB (Fonte: IBGE - Histórico) Elaboração L&K

Dados Demográficos

Os dados abaixo foram destacados do conteúdo das tabelas do Caderno de Leitura Crítica permitindo, assim, a visualização das informações consideradas relevantes para a análise aqui tratada. As informações referentes aos municípios-pilotos foram marcadas em vermelho.

Os seis municípios-pilotos representam **70,89%** da população da PMB. Três desses municípios apresentam maior percentual populacional com relação à PMB: Águas Lindas de Goiás (17,75%), seguido por Luziânia e Valparaíso de Goiás (respectivamente com 16,45% e 15,64%). Quando se analisa a taxa de crescimento anual, dois municípios despontam com as mais significativas - Cidade Ocidental e Valparaíso de Goiás, com 4,21% e 3,53%, respectivamente. Ainda entre os municípios-pilotos, três apresentam as mais altas densidades em relação à PMB, Valparaíso de Goiás (3.243,14 hab./km²), seguido por Águas Lindas de Goiás (1.176,61 hab./km²) e Novo Gama (539,84 hab./km²), classificados como alta densidade. Destaca-se, ainda, o gráfico abaixo (crescimento populacional da PMB), parte do Caderno de Leitura Crítica, o qual demonstra o crescimento populacional na PMB de acordo com os dados do Censo 2010 e 2022 -IBGE, com destaque para Valparaíso de Goiás, Luziânia e Águas Lindas. São dados impactantes no contexto da análise.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO - Censo 2022			Área km ²	Área urbanizada (km ²) 2019	% Área urbanizada em relação PMB	Densidade hab./km ²
	População	% em relação PMB	Taxa crescimento anual (%)				
Águas Lindas	225.693	17,75	2,94	191,817	43,87	13,62	1.176,61
Alexânia	27.008	2,12	1,05	846,876	21,09	6,55	31,89
Cidade Ocidental	91.767	7,22	4,21	389,984	18,13	5,63	235,31
Cristalina	62.337	4,90	2,46	6.153,921	21,48	6,67	10,13
Cocalzinho da Goiás	25.016	1,97	3,06	1.785,339	6,55	2,03	14,01
Formosa	115.901	9,11	1,23	5.804,292	31,49	9,78	19,97
Luziânia	209.129	16,45	1,52	3.962,107	77,50	24,07	52,78
Novo Gama	103.804	8,16	0,74	192,285	15,26	4,74	539,84
Padre Bernardo	34.967	2,75	1,97	3.142,615	14,40	4,47	11,13
Planaltina de Goiás	105.031	8,26	2,13	2.558,924	24,55	7,63	41,04
Santo Antônio do Descoberto	72.127	5,67	1,10	943,948	18,12	5,63	76,41
Valparaíso de Goiás	198.861	15,64	3,53	61,488	29,54	9,18	3.234,14
PMB	1.271.641	100,00		26.033,596	321,98	100,00	

Tabela 2 - Caracterização do território e da população da PMB (Fonte: IBGE). Elaboração L&K

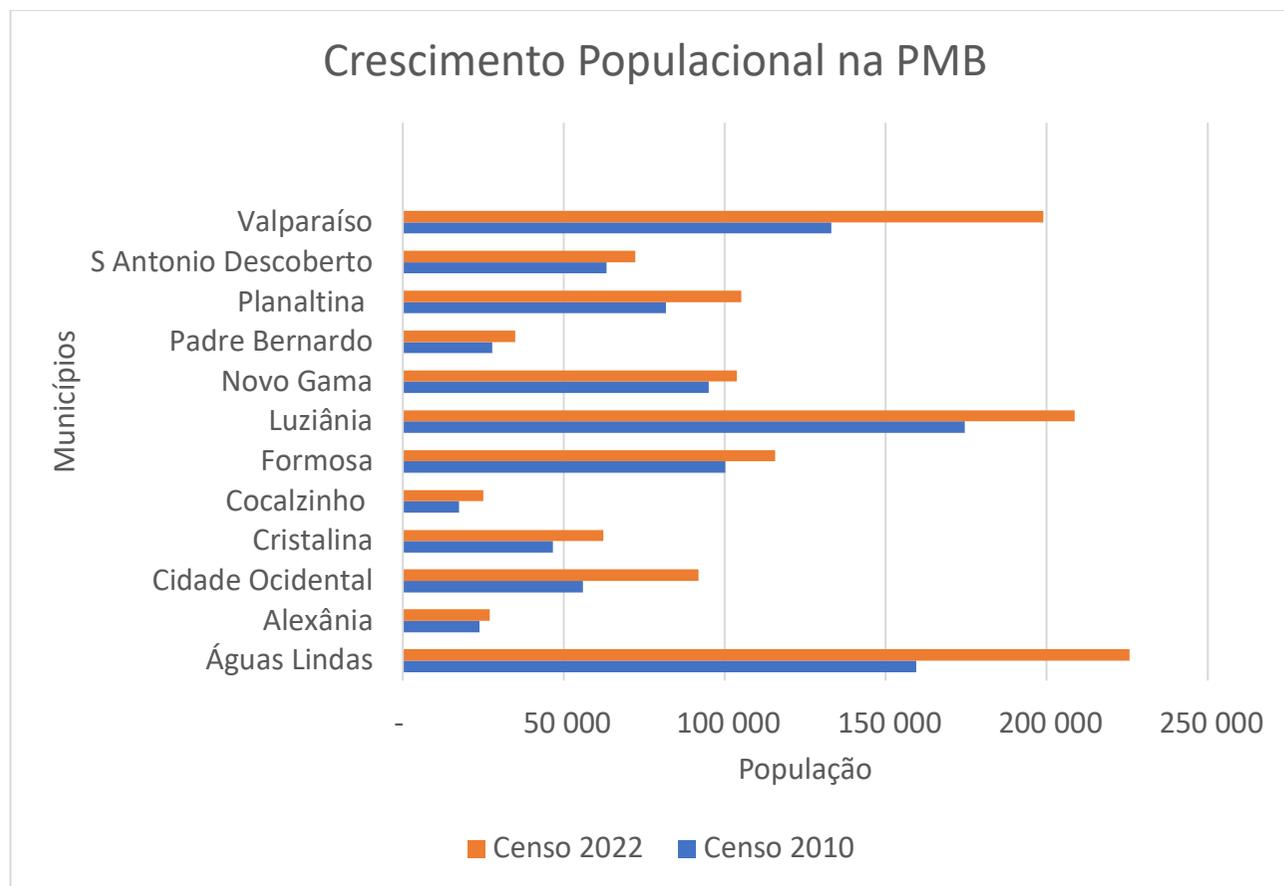


Figura 2 - Gráfico de crescimento populacional na PMB (Fonte: IBGE). Elaboração L&K

Quanto ao produto interno bruto *per capita*, os menores desempenhos coincidem com quatro municípios-pilotos: Novo Gama (R\$ 9.645,45), Santo Antônio do Descoberto (R\$ 10.740,31), Águas Lindas (R\$ 11.052,96) e Cidade Ocidental (R\$ 13.528,98). Mesmo Valparaíso de Goiás e Luziânia não ocupam as melhores posições na PMB.

Analisando o salário médio mensal dos trabalhadores formais, observa-se que todos os seis municípios-pilotos estão classificados nos patamares mais baixos da PMB. Os resultados relativos à população ocupada não representam melhoria nos indicadores avaliados. Águas Lindas (6,98%), desta vez acompanhada por Novo Gama (4,93%), tiveram o menor desempenho na comparação com os 246 municípios do estado de Goiás, ocupando as posições 241 e 245 de 246 (penúltima), respectivamente, conforme demonstrado abaixo.

Municípios PMB	PIB preços correntes (x1.000) R\$	PIB per capita R\$	Salário médio mensal dos trabalhadores formais (salários-mínimos - SM)		População ocupada (%)	
			SM	Comparação com outros 246 municípios de GO	%	Comparação com outros 246 municípios de GO
Águas Lindas	2.463.151,90	11.052,96	1,80	146	6,98	241
Alexânia	1.128.053,86	39.776,23	2,20	43	19,08	81
Cidade Ocidental	1.006.150,18	13.528,98	2,00	89	8,50	234
Cristalina	4.602.318,44	74.974,64	2,20	43	21,73	60
Cocalzinho da Goiás	463.319,10	21.006,17	2,10	65	9,45	219
Formosa	3.247.792,02	25.836,62	2,10	65	16,01	112
Luziânia	5.435.385,52	25.322,67	2,00	89	12,74	156
Novo Gama	1.154.068,42	9.645,45	2,00	89	4,93	245
Padre Bernardo	1.052.149,00	30.051,96	2,20	43	8,85	227

Planaltina de Goiás	1.453.000,75	15.906,74	2,00	89	9,21	225
Santo Antônio do Descoberto	825.618,30	10.740,31	2,00	89	7,89	236
Valparaíso de Goiás	2.964.512,37	16.870,66	1,80	146	12,00	175

Tabela 3 - PIB, salário médio mensal dos trabalhadores formais e população ocupada (Fonte: IBGE 2021). Elaboração L&K

Saneamento e Sustentabilidade

Os seis municípios-pilotos estão inseridos na Bacia do Rio Corumbá, do Rio Veríssimo e Porção Goiana do São Marcos, da Região Hidrográfica do Paraná. O Rio Corumbá é um dos principais contribuintes do Rio Paranaíba e serve para o abastecimento de água a diversas cidades, além de fornecer energia por meio da Usina Hidrelétrica de Corumbá IV. Seu reservatório abarca as áreas dos municípios de Luziânia (45,22 km²), Santo Antônio do Descoberto (53,25 km²), Alexânia (38,95 km²), Abadiânia (27,39 km²), Silvania (20,98 km²), Novo Gama (0,24 km²) e Corumbá de Goiás (0,49 km²). Portanto, mais de 50% (cinquenta por cento) de sua área abrange três dos municípios-pilotos.

A Usina Hidrelétrica foi inaugurada em 2006 e tem por objetivo gerar energia elétrica para a região Centro-Oeste. É administrada pela Corumbá Concessões S.A., formada pela Companhia Energética de Brasília – CEB e pelas empresas SERVENG CIVILSAN S.A. e C&M ENGENHARIA. Atualmente, abastece cerca de 15% da demanda energética do DF¹.

Com o intuito de implantação do Sistema Produtor de Água Corumbá e atender a demandas dos serviços públicos de água dos municípios de Luziânia, Valparaíso, Novo Gama e Cidade Ocidental situados em Goiás e dos núcleos urbanos de Gama e Santa Maria no Distrito

¹ Fonte: <https://www.corumbaconcessoes.com.br/uhe-corumba-iv/visao-geral/> consultada em 23/03/2024.

Federal, foi constituído o Consórcio Corumbá IV, entre SANEAGO e CAESB, em 2009². O Sistema Produtor de Corumbá IV, por meio da Estação de Tratamento de Água, inaugurada recentemente em 2022 no município de Luziânia, atenderá quase 1,3 milhões de pessoas no DF e em Goiás com água tratada.

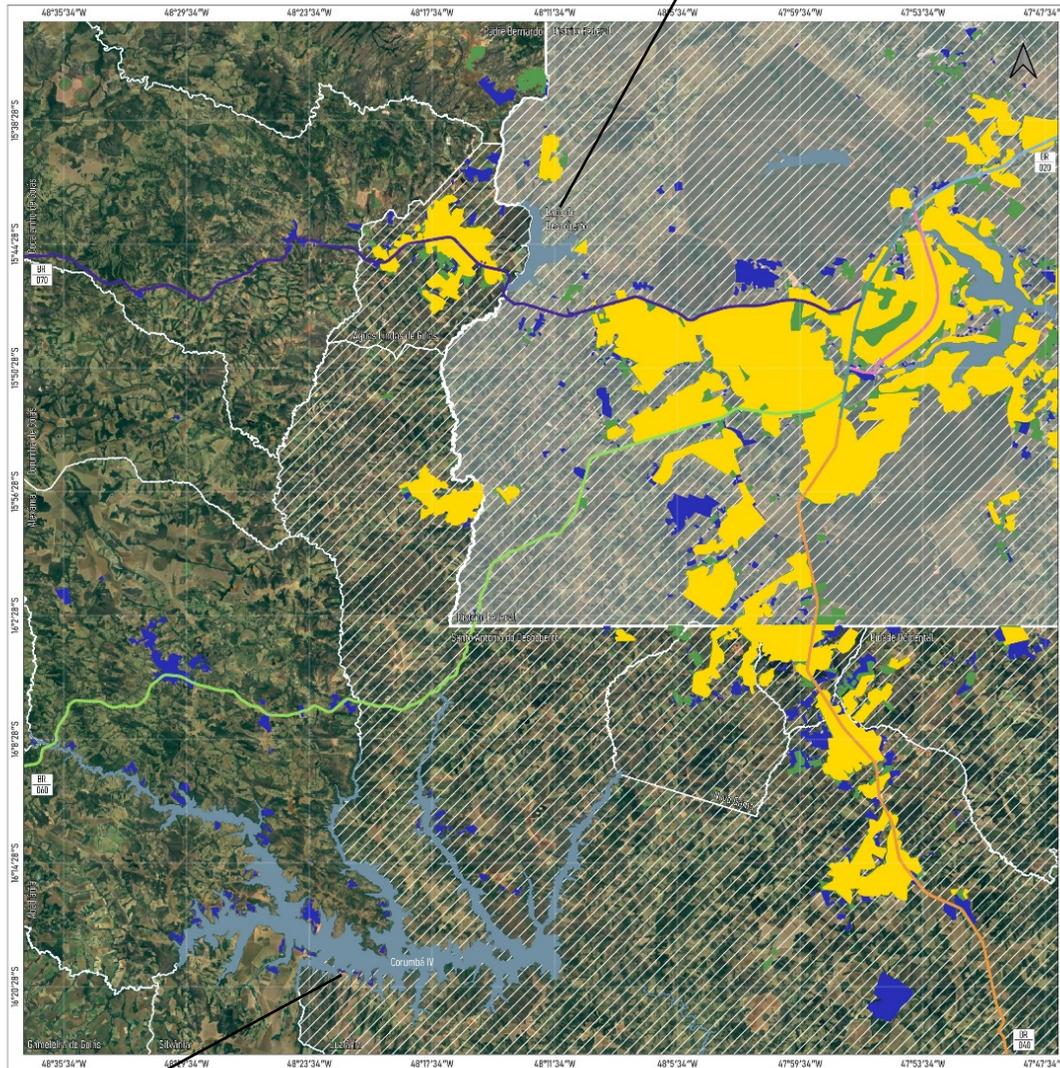
Também se reveste de grande importância a preservação do Lago Descoberto, cuja Barragem, inaugurada em 1974, fica às margens da BR 070. O Lago tem 12,5 km² de área de espelho d'água e integra o sistema de abastecimento operado pela CAESB, sendo responsável pelo abastecimento de cerca de 60% da população do DF. Dois dos municípios-pilotos, Águas Lindas e Santo Antônio do Descoberto, estão localizados na Sub-Bacia do Rio Descoberto.

Desde 2003, CAESB e SANEAGO administram um Consórcio³, que possui como objetivo principal a implementação de medidas de proteção ambiental e de infraestrutura de saneamento, em especial no município de Águas Lindas.

² Fonte: SANEAGO-2022. Vide mais detalhes no Caderno de Leitura Institucional e Perceptiva/ Relações Inter federativas na RIDE DF e Entorno. <https://www.caesb.df.gov.br/8-noticias/1713-10-04-23sistema-produtor-de-agua-do-corumba-completa-um-ano-de-operacao.html>

³ Fonte SANEAGO. Vide mais detalhes no Caderno de Leitura Institucional e Perceptiva/ Relações Inter federativas na RIDE DF e Entorno.

Lago Descoberto



Lista de Municípios da AMB

- I - Cocalzinho de Goiás
- II - Águas Lindas de Goiás
- III - Santo Antônio do Descoberto
- IV - Padre Bernardo
- V - Planaltina de Goiás
- VI - Formosa
- VII - Alexânia
- VIII - Luziânia
- IX - Novo Gama
- X - Valparaíso
- XI - Cidade Ocidental
- XII - Cristalina

Lista de Municípios Pilotos

- a) Águas Lindas de Goiás; b) Sto Antônio do Descoberto; c) Novo Gama;
- d) Valparaíso; e) Luziânia; f) Cidade Ocidental.

- | | | | |
|--|----------------------------|--|------------------|
| | Distrito Federal | | Rodovia - BR 010 |
| | Municípios Pilotos e DF | | Rodovia - BR 020 |
| | Demais municípios de Goiás | | Rodovia - BR 040 |
| | Corpos d'água | | Rodovia - BR 060 |
| | Áreas Urbanizadas 2005 | | Rodovia - BR 070 |
| | Áreas Urbanizadas 2015 | | Rodovia - DF 002 |
| | Áreas Urbanizadas 2019 | | Rodovia - DF 003 |

Datum SIRGAS 2000
 Fonte: IBGE | SIEG | SEDUH | IEDE | POP Águas Lindas de Goiás
 Elaboração: L&K consultoria em arquitetura e urbanismo Ltda



Lago Corumbá IV

Figura 3 - Mapa com destaque para os lagos Descoberto e Corumbá IV. Elaboração L&K

Água e Esgoto

Em relação ao abastecimento de água, à exceção de Luziânia (86,37%), os outros cinco municípios-pilotos apresentam índices de atendimento dos domicílios com rede geral acima de 95%, sendo que três deles estão em patamares superiores ao do DF. Todavia, Luziânia encontra-se próxima à média da RIDE (87,5%), porém aquém da média de 96,05% registrada na área denominada PMB⁴.

Também merece destaque a melhoria do serviço de 2013 para 2019/20, de acordo com a PMAD de 2013 e de 2019/20 do IPEDF, com índices elevados de domicílios atendidos com rede geral, apresentando aumentos percentuais acima de 14%, dos quais ressaltamos: Valparaíso - 14,95%, Luziânia – 14,61% e Santo Antônio do Descoberto – 14,53%.

⁴ IPEDF- Nota Técnica n° 1/2014, a PMB é formada pelo arranjo territorial que engloba os 12 municípios goianos da AMB.

DOMICÍLIOS OCUPADOS COM ATENDIMENTO DE REDE GERAL DE ABASTECIMENTO (%)

Localidade	Água %	Esgoto %	Energia %	Coleta de lixo direta %
Águas Lindas	98,06	41,59	99,10	69,19
Cidade Ocidental	99,05	48,57	99,10	84,40
Luziânia	86,37	38,89	99,90	66,46
Novo Gama	95,60	43,61	99,70	75,14
Santo Antônio Do Descoberto	95,67	38,50	99,80	37,33
Valparaíso	98,15	58,99	99,00	88,34
PMB	96,04	46,80	99,42	73,16
DF¹	97,06	93,03	98,03	80,40

Tabela 4 - Domicílios Ocupados com Atendimento de Rede Geral de Abastecimento (Fonte: IPEDF, PMAD 2019/20 e PDAD 2018¹). Elaboração L&K

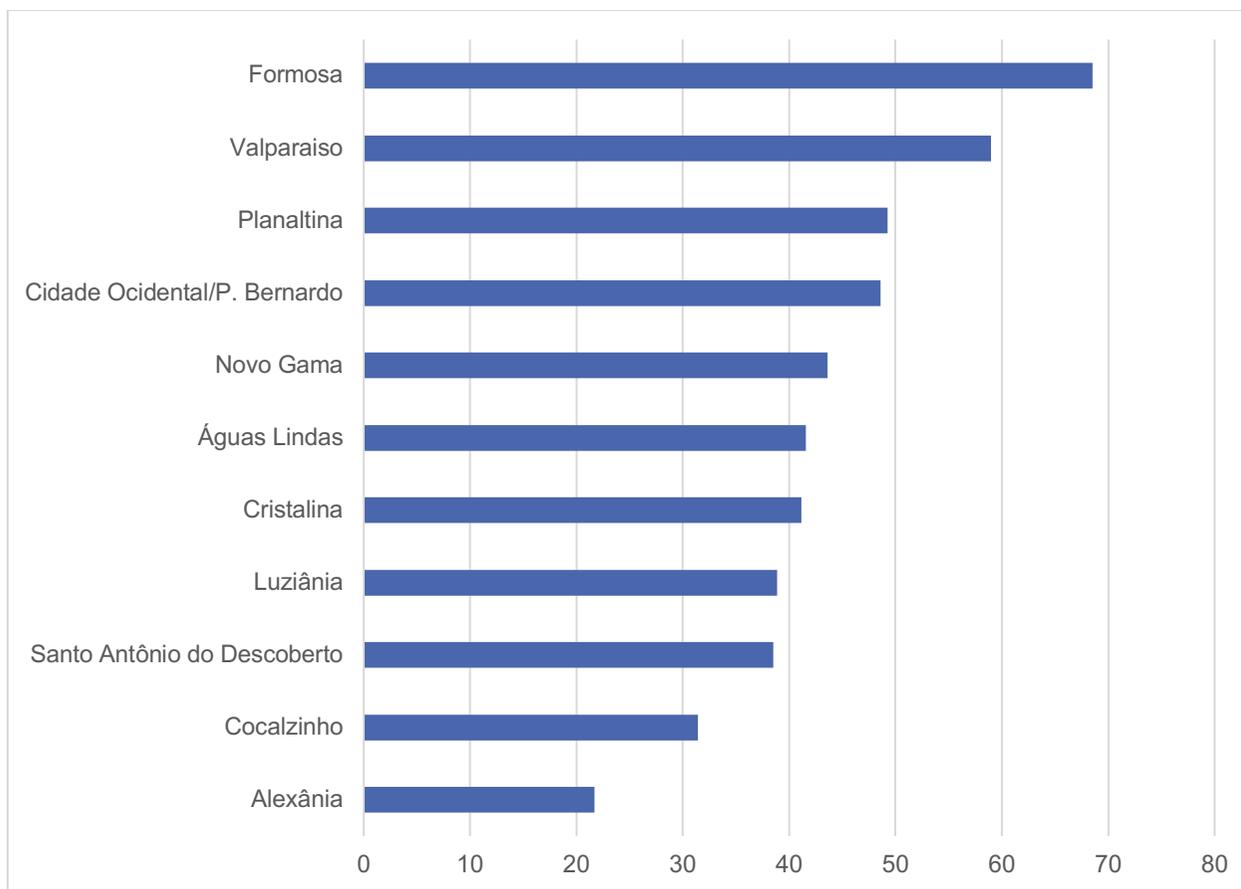


Figura 4 - Gráfico Ranking de Domicílios Ocupados com Atendimento de Rede de Esgoto (Fonte: IPEDF _ PMAD 2019/20). Elaboração L&K

No que tange a esgotamento sanitário, optamos pelo indicador utilizado pelo IPEDF nas Pesquisas Metropolitanas de Amostra de domicílios – PMAD de 2013 e a de 2019/20, que trazem o índice de domicílios atendidos por rede geral de esgoto. O IBGE utiliza o índice de saneamento adequado, que considera população atendida com rede de esgoto ou fossa séptica.

Além disso, os dados de esgotamento sanitário relativos ao censo de 2022 ainda não constam do site do IBGE. O SNIS- Sistema Nacional de Informações de Saneamento, vinculado ao Ministério das Cidades, traz os dados coletados junto aos municípios e prestadores de serviço de saneamento básico, tomando como base as ligações existentes, portanto não comparáveis aos da PMAD.

Conforme a tabela acima percebemos que o atendimento aos domicílios com rede geral de esgoto é bastante similar nos municípios estudados, variando de 38,50 % a 59%, próximos à média da PMB. Considerando os doze municípios que compõem a PMB temos o ranking apresentado ao lado.

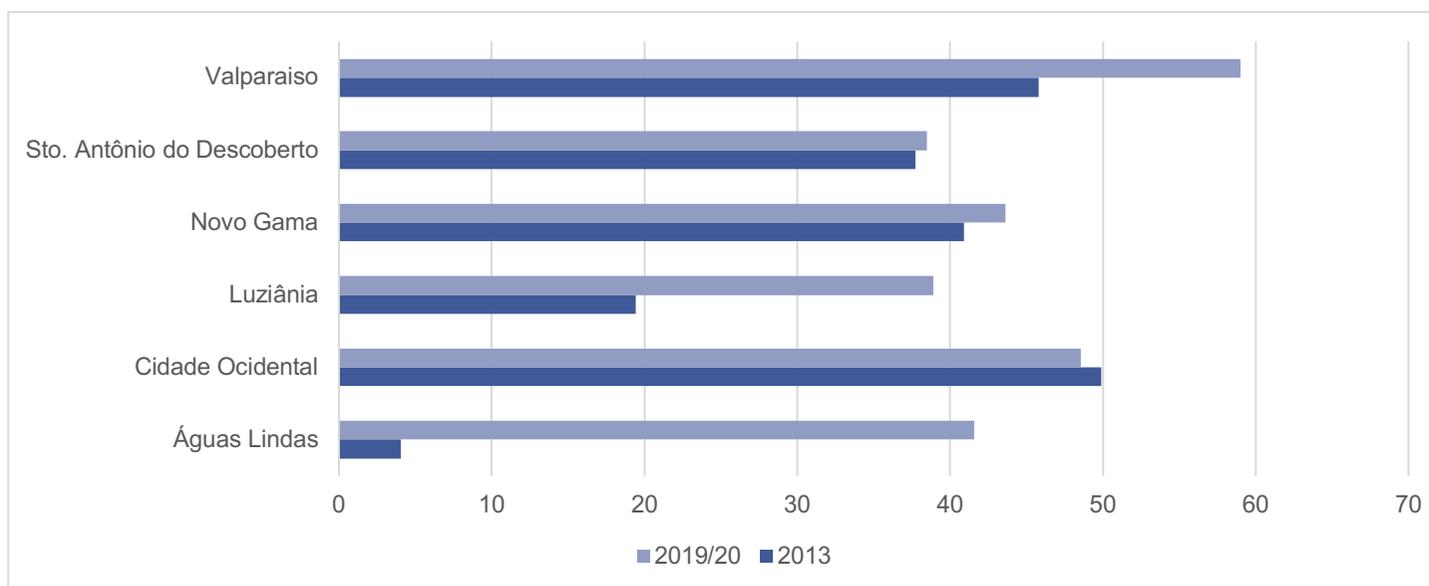


Figura 5 - Gráfico Incremento de Domicílios Ocupados com Atendimento de Rede de Esgoto – PMB. Elaboração L&K

A partir do gráfico acima percebe-se que ocorreram melhorias em todos os municípios-pilotos. O destaque está com Águas Lindas, que passa a ter mais de 41% de seus domicílios ocupados atendidos por rede geral de esgoto em 2019/20 contra os 4% que ostentava em 2013. Esse fato provavelmente decorreu dos investimentos aplicados por intermédio do Consórcio de Águas Lindas entre a SANEAGO e a CAESB, citado acima.

Com o intuito de atualizar os dados, consultamos novamente as fontes e constatamos no site do Instituto Mauro Borges informações de 2021 que apresentam melhorias nos atendimentos. Como exemplo, citamos que consta que todos os seis municípios estudados apresentam um atendimento de água em torno de 100%. Também em relação ao esgotamento sanitário por rede geral, ocorreram

melhorias. Obviamente há de se ressaltar que por serem fontes diferentes, IPEDF e IMB/GO, podem ocorrer alguns desvios. Mas, de qualquer maneira, avaliando balancetes da SANEAGO, fica evidente que houveram investimentos nas referidas áreas. Aliás, é de bom alvitre se destacar a dificuldade na obtenção de dados, mesmo em fontes seguras e oficiais. Os dados, por vezes são bem divergentes. Mas, tais fatores, para a análise ora em curso, não afetam as constatações. Todavia, ressaltam a necessidade de Banco de Dados mais localizados e alimentados constantemente. Na conclusão, apresentaremos alguns quadros com dados atualizados.

Importante observar o atendimento de saneamento sanitário da população por meio de outras formas como fossas sépticas, fossas rudimentares e outras.

O IBGE considera atendimento adequado o atendimento por rede geral mais fossas sépticas. Observa-se que o número de fossas rudimentares, tão prejudiciais ao meio ambiente, tem diminuído ao longo dos anos.

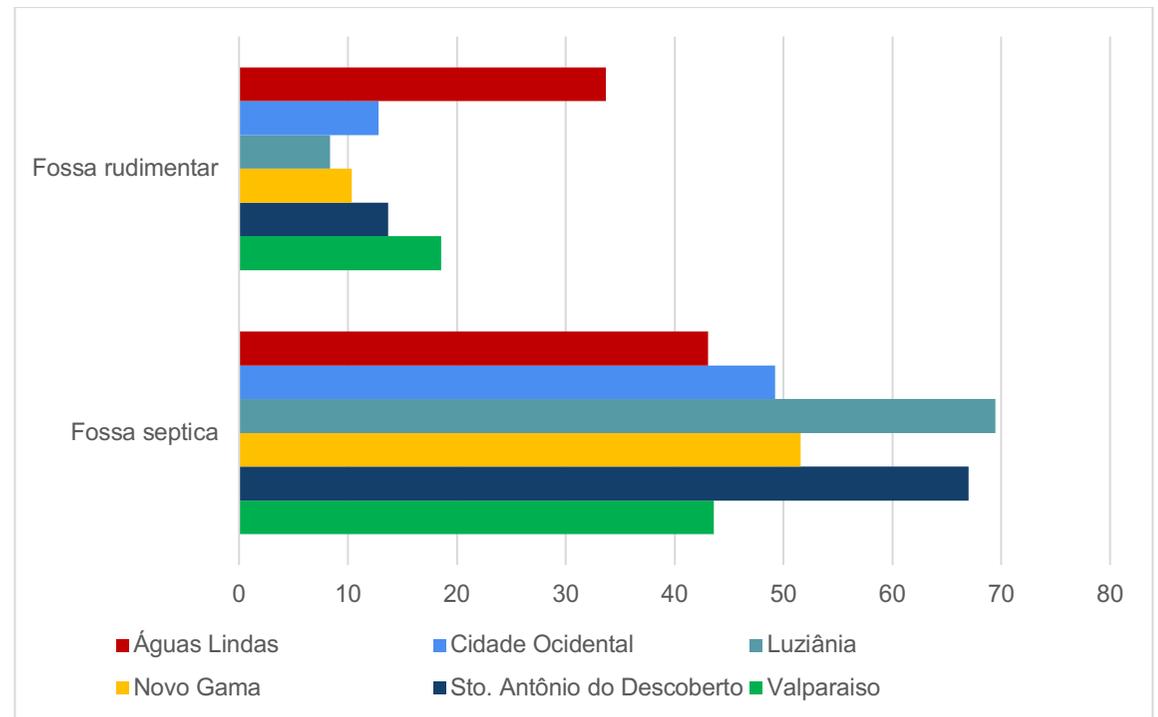


Figura 6 - Gráfico Percentual de domicílios que utilizam fossa 2019/20 (Fonte: IPEDF- PMAD 2019/20) Elaboração L&K

A tabela abaixo ilustra a diminuição da utilização da fossa rudimentar para a fossa séptica⁵, o que é positivo, apresentando como destaque os municípios de Luziânia, Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas. Todavia, comparando-se com o aumento de domicílios atendidos com rede geral de esgoto, Águas Lindas aparece com mais realce, com um acréscimo de 37,54%. Permitimo-nos deduzir que o Consórcio Águas Lindas contribui para tais índices. Ressalte-se que, de 2010 para 2022, o município teve um aumento de 41,6% de população⁶ e um aumento significativo no número de domicílios.

UTILIZAÇÃO DE FOSSA SÉPTICA E FOSSA RUDIMENTAR (%)				
Localidade	Fossas sépticas 2013	Fossas sépticas 2019/20	Fossa rudimentares 2013	Fossas rudimentares 2019/20
Águas Lindas	6,10	43,05	89,60	33,72
Cidade Ocidental	40,50	49,23	9,60	12,84
Luziânia	2,30	69,47	78,20	8,34
Novo Gama	36,60	51,60	22,50	10,37
Santo Antônio Do Descoberto	8,00	67,00	54,10	18,56
Valparaíso	49,30	43,63	4,30	18,56
PMB	30,80	52,80	37,60	17,07

Tabela 5 - Utilização de fossa séptica e fossa rudimentar. (Fonte: IPEDF- PMAD 2013 e 2019/20. Elaborado por L&K)

⁵ Fossa séptica é um modelo de estação de tratamento de esgoto e as fossas rudimentares são buracos cavados no solo, sem revestimentos, é uma solução primitiva de saneamento, que ainda é aplicada em zonas mais carentes por parte de seus usuários.

⁶ Fonte: IPEDF-Informe Territorial n°01/2023.

Luziânia, onde temos sediado o Consórcio de Corumbá IV, também se destaca como o município onde o número de fossas rudimentares diminuiu consideravelmente. Ressalta-se que como já destacado em gráfico, Luziânia teve um acréscimo no número de domicílios atendidos com rede de esgoto entre 2013 e 2019 (19,44 para 38,89%)⁷.

Valparaíso surpreende com queda dos índices de fossas sépticas e aumento de fossas rudimentares, apesar de apresentar um acréscimo de atendimento de domicílios com rede de esgotos no período de 2013 a 2019/20 (45,78% para 58,99%). Há de se considerar que o município teve uma taxa de crescimento anual de 3,58% ao ano, conforme o último Censo de 2022, o segundo maior entre os municípios da PMB e um incremento de 49,5% de população de 2010 a 2022⁸. No quadro abaixo se verifica que o município foi o segundo entre os demais em crescimento do número de domicílios.

⁷ Idem anterior.

⁸ IPEDF-Informe Territorial nº 01/2023

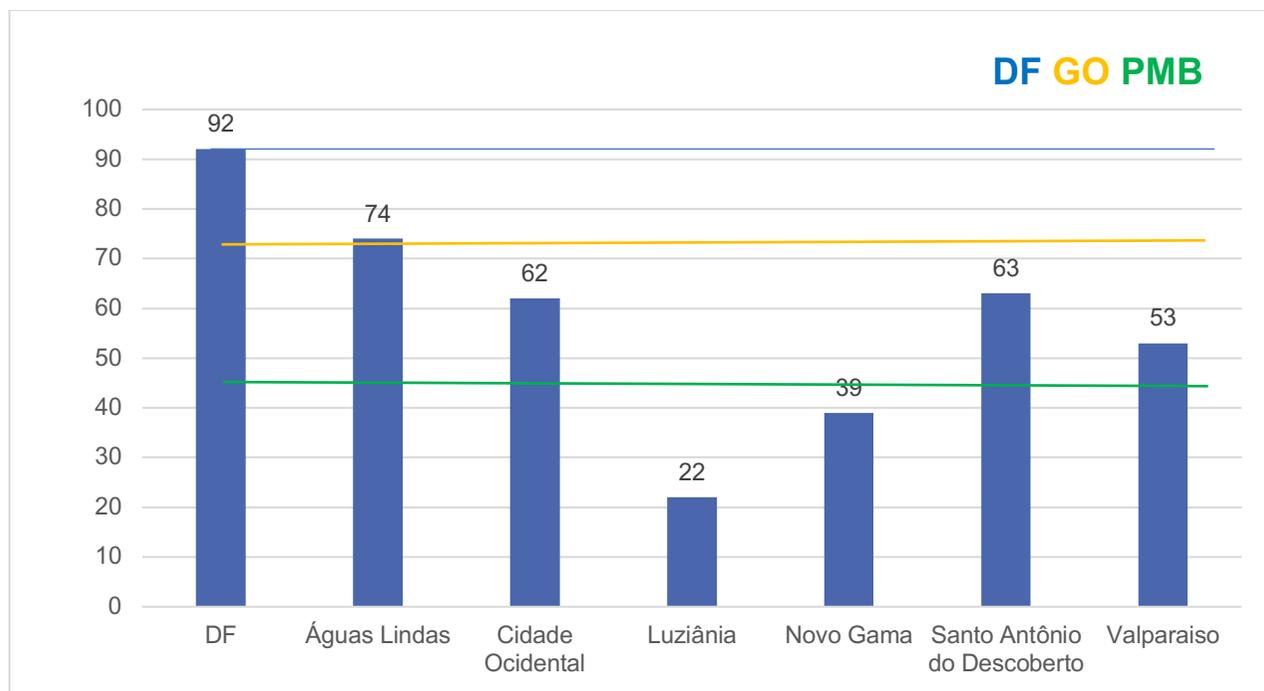


Figura 7 - População com atendimento de rede de esgoto 2022 (Elaboração L&K. Fonte: IMB GO, dados do SNIS 2022/ IPEDF, dados SNIS 2022)

O quadro acima mostra o atendimento de domicílios por rede geral de esgoto em 2022, comparando com as médias do Distrito Federal, Goiás e com os 12 municípios que compõem a chamada Periferia Urbana de Brasília – PMB, que integram a área Metropolitana de Brasília, conforme estudos do IPEDF. Luziânia preocupa pelo baixo índice, em especial ao considerarmos que abriga a Barragem de Corumbá IV e a inaugurada Estação de Tratamento de Água, recentemente. A Estação atenderá quase 1,3 milhões de pessoas no DF e em Goiás com água tratada. Um fator que ameniza a situação é o atendimento, em Luziânia, de domicílios com fossa séptica, que conforme o IBGE, é considerado um saneamento adequado.

Há de se realçar que o atendimento em Luziânia por rede geral ocorre com maior incidência na área considerada sede da cidade.

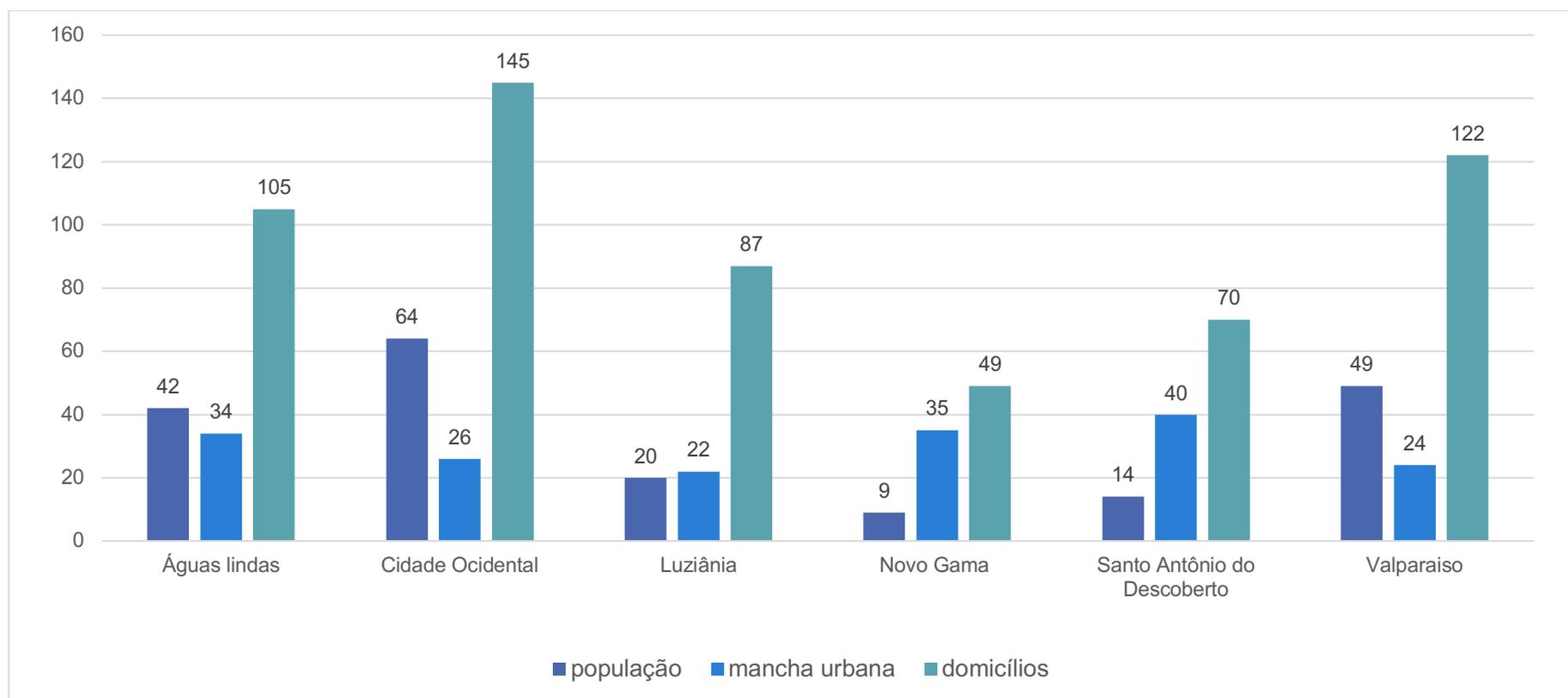
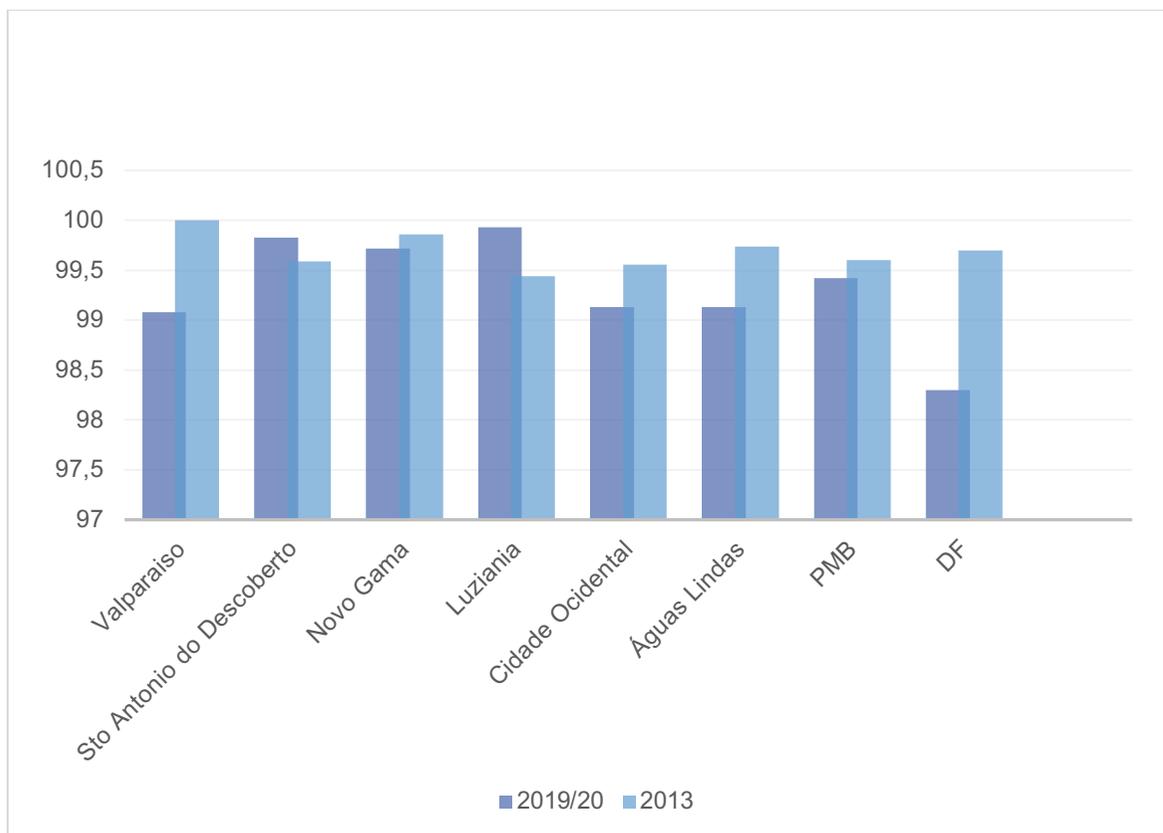


Figura 8 - Gráfico Comparativo de Acréscimo de População e Mancha Urbana. (Fonte: IPEDF- Informe Territorial n°02/2023. Elaboração: L&K)

Energia



Quanto ao atendimento de rede geral de energia elétrica, os seis municípios-pilotos possuem índices superiores a 99%.

Figura 9 - Gráfico comparativo de atendimento de rede de energia elétrica. (Fonte: IPEDF. Elaboração: L&K)

Resíduos Sólidos

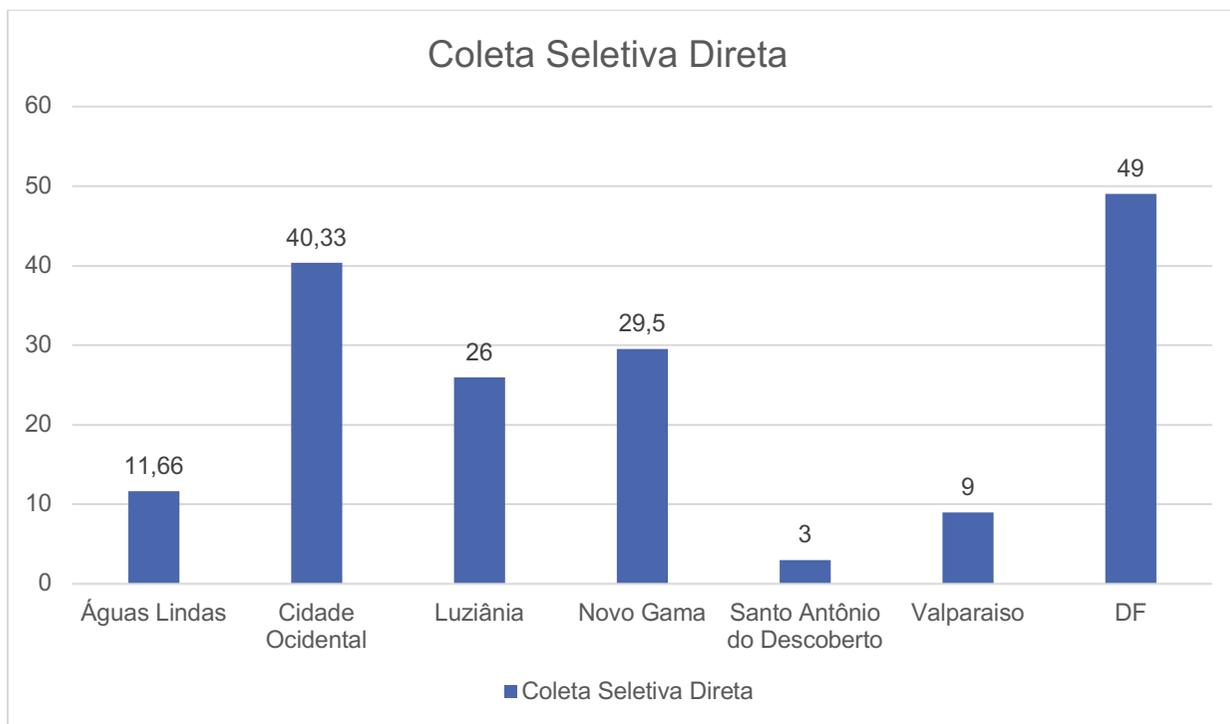


Figura 10 - Gráfico percentual de domicílios com coleta seletiva. (Fonte: IPEDF / PMAD 2019/20 e PDAD 2018¹)
Elaboração L&K

Os municípios-pilotos são atendidos com coleta de lixo convencional e o quadro ao lado mostra o percentual de domicílios atendidos com coleta seletiva.

Conforme dados do IMB/GO relativos a 2020, a cobertura de coleta convencional de lixo é praticamente de 100% nos municípios pilotos.

A tabela abaixo demonstra a situação existente conforme dados do Instituto Mauro Borges, datado de 2021, no que se refere ao destino dos resíduos sólidos coletados.

Águas Lindas, Novo Gama e Santo Antônio do Descoberto têm o lixão como destino de resíduos sólidos, apesar de que tal solução deveria ter sido abandonada até agosto de 2023.

DESTINO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS - 2021		
Municípios de origem dos resíduos	Município de destino	Tipo de unidade
ÁGUAS LINDAS	ÁGUAS LINDAS	Unidade de triagem
ÁGUAS LINDAS	ÁGUAS LINDAS	Lixão
CIDADE OCIDENTAL	CIDADE OCIDENTAL	Aterro Sanitário
VALPARAISO	CIDADE OCIDENTAL	Aterro Sanitário
LUZIÂNIA	LUZIÂNIA	Aterro Controlado
NOVO GAMA	NOVO GAMA	Lixão
STO. ANTÔNIO DO DESCOBERTO	STO. ANTÔNIO DO DESCOBERTO	Lixão
STO. ANTÔNIO DO DESCOBERTO	STO. ANTÔNIO DO DESCOBERTO	Unidade de triagem

Tabela 6 - Destino dos resíduos sólidos - 2021 (Fonte: Instituto Mauro Borges. Elaboração: L&K)

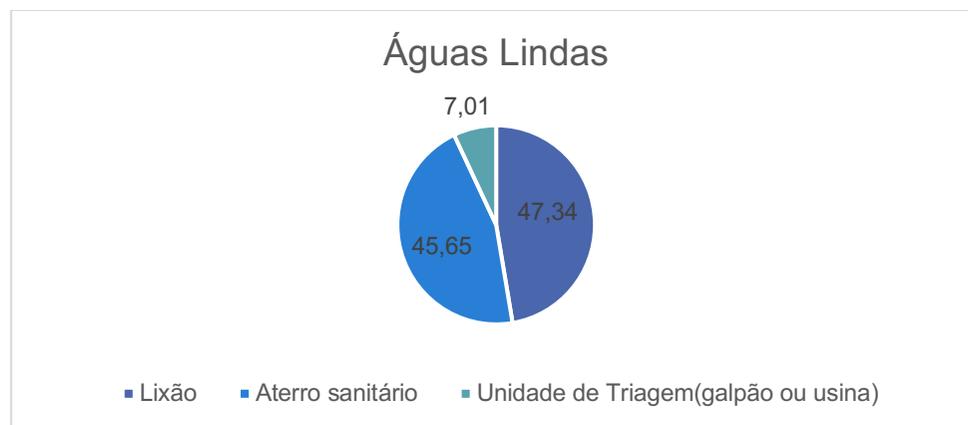


Figura 11 - Destinação de resíduos sólidos em Águas Lindas.

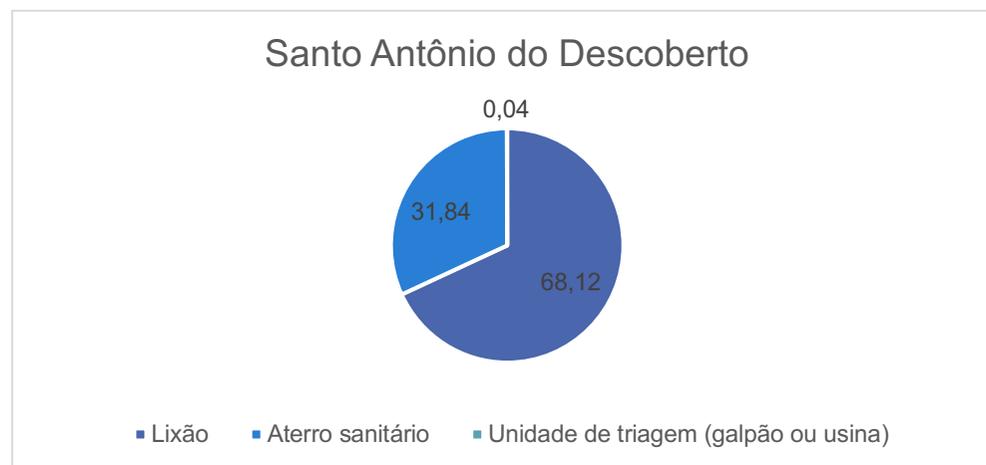


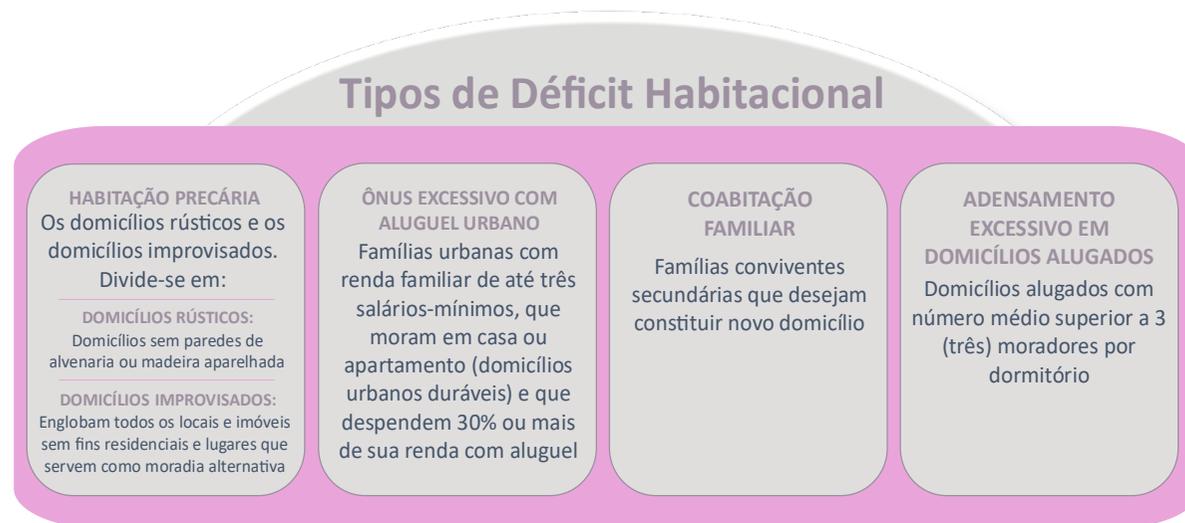
Figura 12 - Destinação de resíduos sólidos em Santo Antônio do Descoberto. Elaboração L&K

Déficit Habitacional

O conceito adotado para o déficit habitacional é uma medida mais abrangente das necessidades habitacionais, refere-se à falta de moradias adequadas ou à presença de moradias em condições inadequadas.

Portanto, o objetivo desse indicador é o dimensionamento do número de moradias que não atendem às condições mínimas de qualidade e de serviços básicos.

Neste mister, conforme já apresentado nos Cadernos anteriores, utilizamos a definição do Instituto João Pinheiro:



Município	Colocação	Famílias
Águas Lindas	3°	8.918
Luziânia	6°	4.613
Cidade Ocidental	11°	2.416



Em 2022, de acordo com o IMB-GO, 337 pessoas viviam em situação de rua nos 6 municípios-pilotos.

Cidade Ocidental tem um número expressivo de população tradicional – Quilombola (530 pessoas).

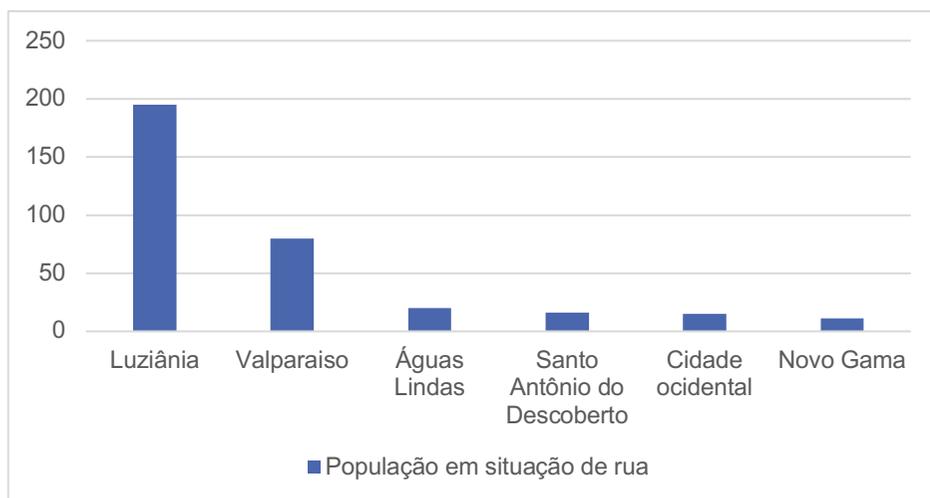


Figura 13 - População em situação de rua. Elaboração L&K

De acordo com abordagens nos outros cadernos deste trabalho, observa-se que os municípios do Entorno de Brasília, em especial os seis municípios-pilotos, são umbilicalmente ligados ao processo de crescimento do DF. Apresentam um crescimento fortemente ligado à necessidade de habitação e centrado em uma estrutura econômica vinculada a atividades urbanas, com ênfase no comércio e prestação de serviços. Ressalta-se também, forte dependência econômica do DF e por equipamentos de saúde, que apesar de ter diminuído nos últimos anos, ainda é considerável.

Ao analisarmos os dados demográficos desses municípios, constata-se que suas taxas de crescimento foram elevadas sem, no entanto, terem sido acompanhadas de melhorias nos serviços públicos, gerando cada vez mais desequilíbrios na ocupação do solo e disparidades sociais. Tais questões refletem diretamente na habitação e na mobilidade urbana. Aliado a esses fatores está o alto valor dos terrenos em Brasília e os instrumentos de controle do solo mais restritivos que os das cidades dos municípios do entorno da Capital. Como consequência, esses municípios expandiram de forma desordenada, apesar dos esforços das prefeituras locais, por meio de legislações urbanas nem sempre adequadas.

O município de Águas Lindas de Goiás é a quinta cidade mais populosa do estado de Goiás e a terceira com o maior número de pessoas em situação de déficit. Luziânia e Cidade Ocidental ocupam a 6ª e 11ª posição no Estado de Goiás, Novo Gama em 20º, Sto. Antônio do Descoberto em 21º e Valparaíso em 30º em um total de 246 municípios do Estado.

DÉFICIT HABITACIONAL 2021 E SEUS COMPONENTES							
Localidade	Déficit habitacional	% déficit em relação à população	Precárias	Ônus excessivo de aluguel	Coabitação	Média de pessoas por família	Renda domiciliar (R\$)
Águas Lindas	8.918	11,9	5.302	3.579	37	3,81	755,88
Cidade Ocidental	2.416	7,6	61	2.325	30	3,36	969,58
Luziânia	4.613	6,7	196	4.349	69	3,6	723,26
Novo Gama	1.755	5,1	18	1.668	69	3,56	744,27
Santo Antônio do Descoberto	1.649	6,8	314	1.316	19	3,79	574,8
Valparaíso	1.133	1,6	188	932	13	3,33	1.098,98

Tabela 7 - Déficit habitacional e seus componentes (Fonte: Instituto Mauro Borges/ IPEDF)

O quadro acima mostra que o ônus excessivo com aluguel é o fator preponderante no déficit habitacional, o que significa que as famílias com até 3 salários-mínimos comprometem acima de 30% de sua renda para morar. Neste caso, seguem a tendência do Brasil, que apresentou, conforme o Instituto João Pinheiro, crescimento desse componente, de 2016 a 2019, na ordem de 49,7%, 49,5%, 51,9% e 51,7%, respectivamente, do total do déficit.

À exceção de Cidade Ocidental, 4 dos municípios onde a porcentagem do déficit em relação à população varia entre 5 e 11%, possuem uma renda domiciliar entre R\$ 755 e R\$ 575 reais. Também figuram com o ônus excessivo de aluguel como fator preponderante no cálculo do déficit.

Em comparação aos demais municípios de Goiás, despontam no ranking de maior número de déficit por ônus excessivo de aluguel: Luziânia 5º, Águas Lindas 8º, Cidade Ocidental 10º, Novo Gama 17º, Santo Antônio do Descoberto 22º e Valparaíso 30º.

No Estado de Goiás é o fator mais expressivo, chegando na casa dos 81,6% das pessoas em situação de déficit de moradia, seguido pela categoria “improvisado” com quase 12% em 2021.

Águas Lindas surge com o número mais expressivo de habitações precárias, em especial as consideradas improvisadas, que somam perto de 60% do déficit total. (5250 famílias). Esse componente corresponde a 12.499 pessoas e ocupa o 1º lugar em todo o Estado de Goiás, conforme dados do Instituto Mauro Borges – 2021.

Outro dado a ser avaliado é a situação de famílias vivendo em situação de coabitação, ou seja, mais de uma família residindo em cômodos em uma mesma habitação. Luziânia está em 7º posição dentro de Goiás, Novo Gama 9º, Águas Lindas 10ª.

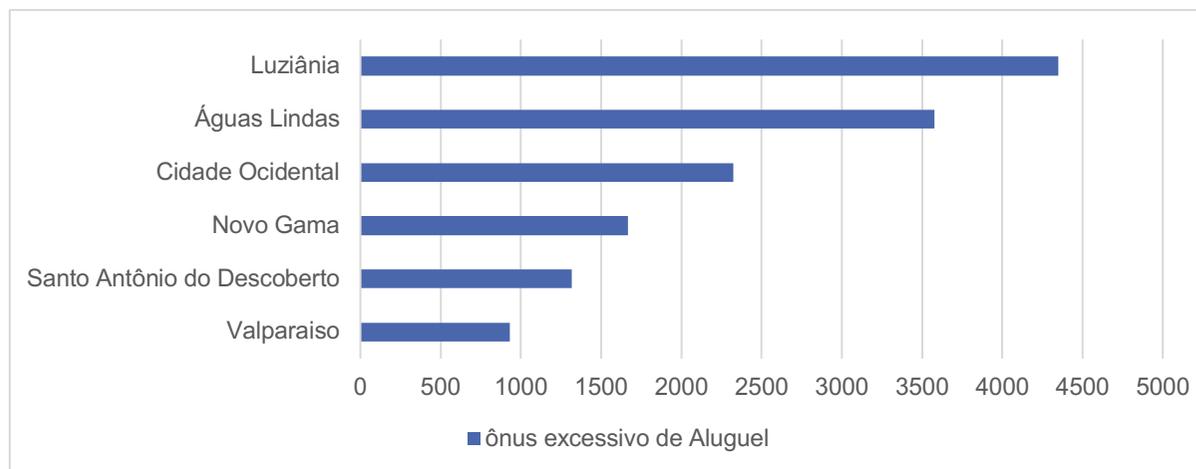


Figura 15 - Gráfico ônus excessivo de aluguel (Fonte: Instituto Mauro Borges) Elaboração L&K

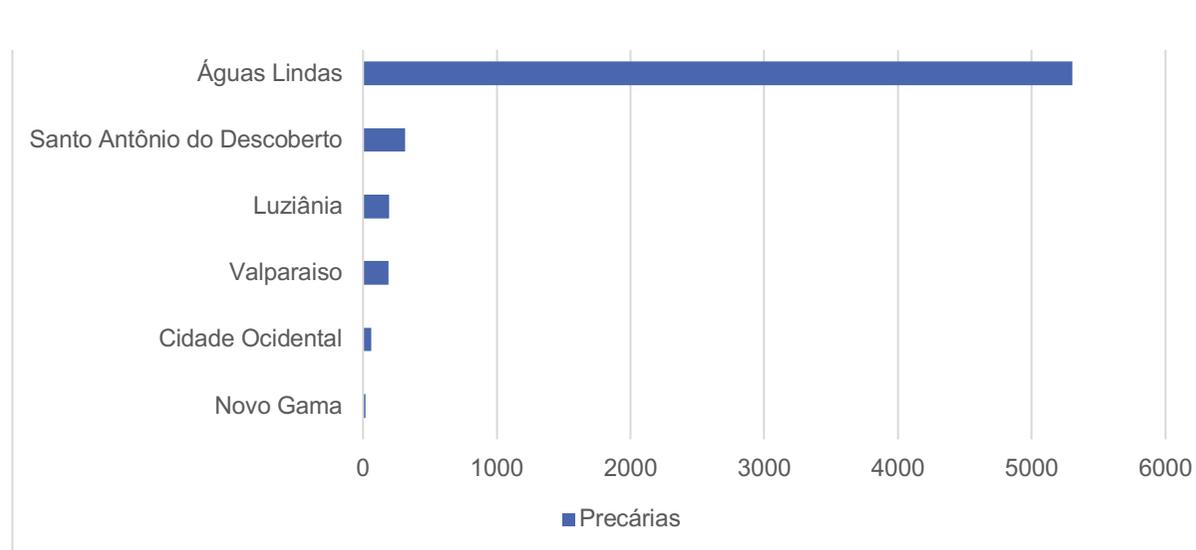


Figura 14 - Gráfico habitações precárias (Fonte: Instituto Mauro Borges) Elaboração L&K

RECEBIMENTO DE VALORES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA			
Localidade	Nº de famílias	% da população	Valor médio (R\$)
Águas Lindas	24 207	31,2	688,11
Cidade Ocidental	10 771	32,2	683,4
Luziânia	23 414	31,4	689,72
Novo Gama	10 224	31,85	692,85
Santo Antônio do Descoberto	9 583	36,2	684,64
Valparaíso	12 369	18,6	690,32

Tabela 8 - Bolsa família (Fonte: MDS/SAGICAD 2024) Elaboração L&K

Este é um dado a ser trabalhado nas políticas públicas, em especial nos programas habitacionais. No quadro acima observa-se que, à exceção de Valparaíso e, nos demais municípios em torno de 30% da população recebem o benefício.

Nas visitas técnicas, constatamos as seguintes fragilidades pontuadas a seguir:

- parcelamentos do solo implantados de **forma dispersa** no território,
- condomínios fechados, mas, que na verdade são parcelamentos que **não atendem à legislação urbana** que estabelece quantidades mínimas com a reserva de equipamentos públicos e inserção na malha viária;
- Assentamentos **subnormais e irregulares, sem qualquer infraestrutura.**

Mobilidade Urbana

Os seis municípios-pilotos e o DF guardam fortes relações, em especial no deslocamento de pessoas, com um movimento pendular gerador de grandes congestionamentos. Devido a essas relações de interdependência, esse território possui características de área metropolitana, como tem sido comentado ao longo deste trabalho, bem como pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF, antiga CODEPLAN.

Todavia, por envolverem duas unidades federativas (DF e GO), o transporte público existente é formado de linhas interestaduais de curtas distâncias, denominadas semiurbanas. Tanto o PDTU - DF como o PDOT - DF⁹ admitem a existência desse aglomerado urbano com proporção e dinâmica metropolitana, entre o DF e 12 municípios de Goiás, que constituem a AMB, dentre os quais os municípios de Águas Lindas de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental e Luziânia. Inclusive a Lei Orgânica do Distrito Federal, em diversos dispositivos, destaca a necessidade de planejamento e ações integradas entre eles.

A conurbação no território formado por esses 6 municípios e o DF, combinada com a estrutura da malha viária, frequentemente resulta em confrontos entre o tráfego de passagem e o tráfego local, particularmente em áreas próximas a zonas residenciais ou de atividade econômica, impactando a fluidez e a segurança do trânsito.

No Caderno de Leitura Crítica, tivemos a oportunidade de apresentar os dados que servem de indicadores para a orientação de políticas públicas de mobilidade. Os seis municípios-pilotos concentram os maiores números de deslocamentos e os mesmos problemas: grande volume de viagens em horários de pico pela manhã e final da tarde; serviço de transporte público focado no modal ônibus, sem integração;

⁹ PDTU-Plano Diretor de Transporte Urbano – SEMOB-Secretaria de Mobilidade Urbana e PDOT- Plano Diretor de Ocupação do Território do DF – SEDUH-Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF.

preço de passagens elevadas face à qualidade de serviço prestado; grande quantidade de automóveis circulando e; principais eixos viários (BRs) cortando núcleos urbanos e sendo utilizados como vias locais.

O mapa abaixo demonstra a conurbação urbana existente e a ocupação ao longo das principais rodovias que ligam o DF ao restante do País. Ressalta-se que essa ocupação é decorrência dos planos que orientaram o crescimento interno do DF, desde o PEOT- Plano Estrutural de Organização Territorial do DF em 1977, como já abordado nos Cadernos anteriores¹⁰.

¹⁰ Caderno de Leitura Institucional e Perceptiva.

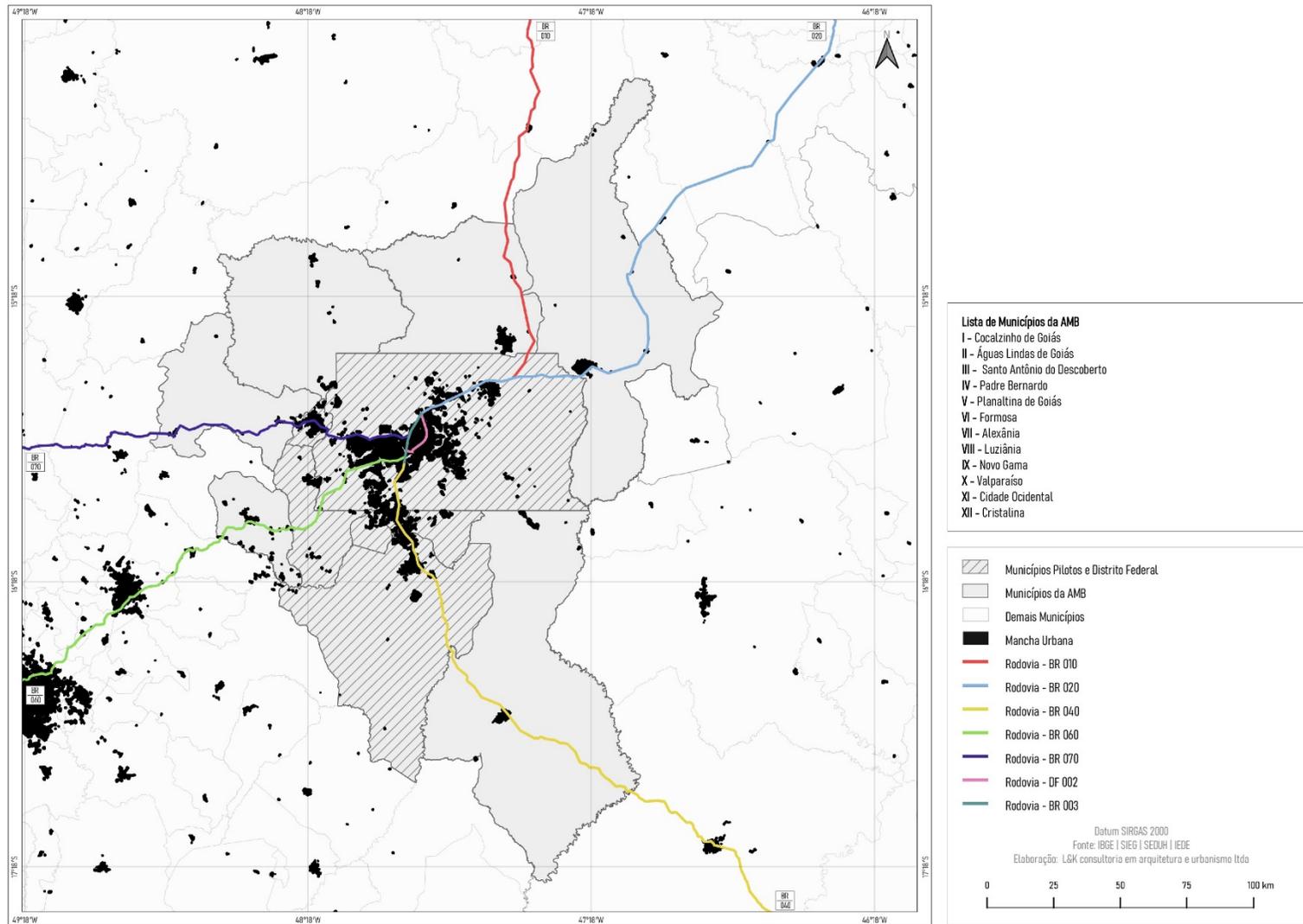


Figura 16 - Mapa Conurbação Urbana na RIDE DF e ENTORNO Elaboração L&K

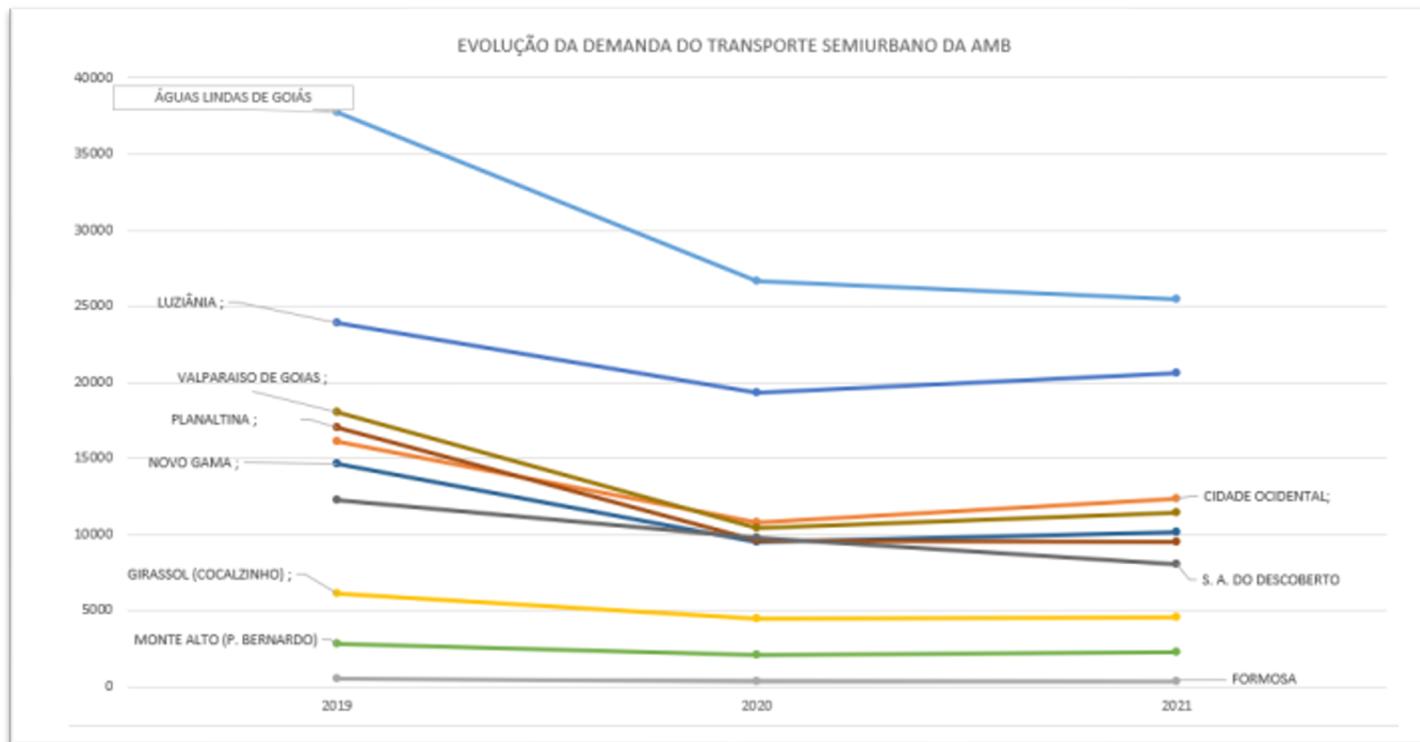


Figura 17 - Gráfico Evolução da Demanda do Transporte Semiurbano da AMB (Fonte: DEURA/Codeplan com base em dados da ANTT-2011)

Pode-se observar no gráfico acima o volume crescente da demanda do transporte semiurbano dos municípios-pilotos, em especial o de Águas Lindas. A causa pode advir do aumento de pessoas se deslocando de automóveis por conta das insatisfatórias condições do transporte público, como também por um menor fluxo de pessoas se movimentando no território. Outra contribuição significativa para esse incremento no número de automóveis é o estímulo dado pelo Governo Federal para a aquisição de veículos de passeio. Pesquisas do

IPEDF mostram que ocorreu uma menor dependência desses municípios em relação ao DF¹¹, fato que foi confirmado em visitas e consultas técnicas às Prefeituras. Citaram-se melhorias nos sistemas de saúde e educação, como também no que tange à geração de emprego na região, principalmente no comércio varejista e construção civil. Porém, cabe pontuar que, nas reuniões dos HACKATOWNS, os moradores reclamaram por mais empregos qualificados no próprio município.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE AUTOMÓVEIS E MOTOS				
	Automóveis		Motocicletas	
	2013	2022	2013	2022
Águas Lindas	11.038	17.138	-	-
Cidade Ocidental	4.764	6.944	1.834	3.114
Luziânia	26.384	35.329	10.991	15.263
Novo Gama	6.269	8.649	1.935	3.221
Santo Antônio Do Descoberto	4.241	5.904	2.296	3.168
Valparaíso	18.468	21.095	4.663	6.945
DF	1.099.719	1.384.627	-	231.021
PMB	131.809	176.181	-	-

Tabela 9 - Tabela Evolução do número de automóveis e motos nos 6 municípios-pilotos. Fonte: IBGE

Elaboração L&K

Como já observado anteriormente, os municípios de Cidade Ocidental, Valparaíso e Águas Lindas estão entre os municípios da AMB com maiores taxas de crescimento entre 2010 e 2022, 64,1%, 49,5% e 41,6%, respectivamente.

¹¹ IPEDF, Informe Territorial nº 02, de dezembro de 2023.

INCREMENTO POPULACIONAL (%) / INCREMENTO DE AUTOMÓVEIS (%)		
	Incremento populacional	Incremento de automóveis
Águas Lindas	41,60%	55%
Cidade Ocidental	64,10%	46%
Luziânia	19,59%	22%
Novo Gama	9,24%	34%
Santo Antônio Do Descoberto	14,03%	39%
Valparaiso	49,50%	14%
DF		26%
PMB		34%

Tabela 10 - Incremento populacional (Fonte: IPEDF) e incremento percentual de automóveis (Fonte: IBGE 2013- 2022)

PESSOAS OCUPADAS POR LOCAL DE TRABALHO (%)		
	Próprio município	DF
Águas Lindas	37,54	61,32
Cidade Ocidental	44,31	52,9
Luziânia	68,24	30,75
Novo Gama	40,02	59,34
Santo Antônio Do Descoberto	39,98	59,38
Valparaiso	42,05	55,57
PMB	53,54	45,17

Tabela 11 - Porcentagem de pessoas ocupadas por local de trabalho (Fonte: IPEDF) Elaboração L&K

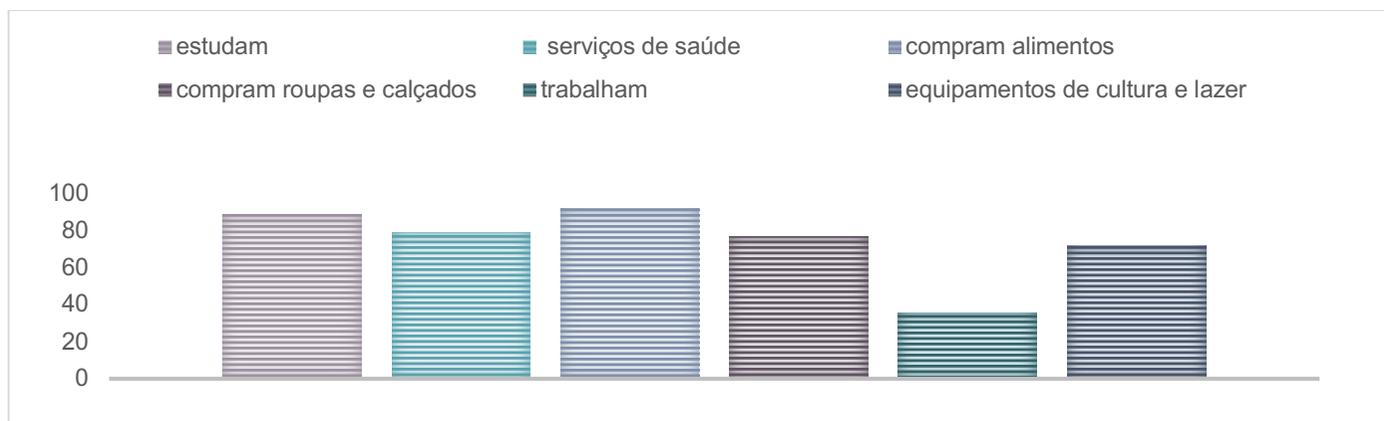


Figura 18 - Gráfico Porcentagem da população residente que utiliza os serviços no próprio município (Fonte: IPEDF).

MÉDIA DIÁRIA DE PASSAGEIROS POR MUNICÍPIO						
	2019		2020		2021	
	Média diária de passageiros	%	Média diária de passageiros	%	Média diária de passageiros	%
Águas Lindas	37 785	25,30%	26 642	25,90%	25 472	24,30%
Cidade Ocidental	16 136	10,80%	10 773	10,50%	12 343	11,80%
Luziânia	23 949	16,00%	19 284	18,70%	20 579	19,70%
Novo Gama	14 622	9,80%	9 531	9,30%	10 184	9,70%
Santo Antônio Do Descoberto	12 274	8,20%	9 753	9,50%	8 018	7,70%
Valparaíso	18 074	12,10%	10 430	10,10%	11 460	10,90%

Tabela 12 - Média diária de passageiros por município (Fonte: IPEDF, dados ANTT) Elaboração L&K

Analisando-se as tabelas, Novo Gama e Santo Antônio do Descoberto experimentaram um aumento significativo na frota de veículos em relação ao crescimento percentual da população. O Novo Gama teve um aumento percentual na população de 9,24% e 34% no incremento do número de automóveis, enquanto Santo Antônio do Descoberto mostrou aumentos percentuais de 14% e 39%, respectivamente. Apenas Valparaíso teve um aumento populacional expressivo em relação ao incremento de sua frota de veículos.

Comparando-se com o número médio diário de passageiros do transporte público coletivo temos como exemplo Águas Lindas, apresentando maior incremento populacional entre os demais municípios (41,60%), aumento de 55% da sua frota de veículos e inalterado o índice médio percentual de passageiros/dia (em torno de 25%) no transporte público.

Dados da ANTT apontam, ainda, para um movimento intenso pendular concentrado no período entre 04h e 07h no sentido GO-DF, e entre 14h e 20h no sentido DF-GO em dias úteis, tendo como principais motivações o trabalho e o estudo. Conclui-se que os moradores desses municípios sofrem com a ausência de um sistema de transporte metropolitano e as políticas de mobilidade existentes não conseguem resolver o problema, porque não adotam ações integradas. O serviço semiurbano e local carecem de integração ou ligação com a rede de transportes do DF, apesar de utilizarem praticamente o mesmo sistema viário e os mesmos equipamentos urbanos. Isso ocasiona superposição de linhas e de atendimentos. Nos municípios do Entorno as linhas partem das respectivas rodoviárias e, ao entrarem no DF, seu principal destino é o Plano Piloto.

Plano Diretor e Planos Setoriais

O Caderno de Leitura Institucional e Perceptiva abordou a obrigatoriedade do **Plano Diretor** para cidades com mais de 20.000 habitantes, determinada pela Constituição Federal, Art. 182, parágrafo 1º. Esta obrigatoriedade também consta de três Planos Setoriais de Desenvolvimento Urbano, que vão além, ao estabelecer que é condição para o acesso a recursos financeiros da União, quando destinados a serviços relacionados aos respectivos planos:

- **Plano de Mobilidade Urbana – PMU**, conforme Lei 12.587/2012, Lei da Política Nacional Mobilidade Urbana, alterada pela Lei nº 14.748/2023 na definição de tempo adicional para finalização do PMU: *I - até 12 de abril de 2024, para Municípios com mais de 250.000 (duzentos e cinquenta mil) habitantes; e II - até 12 de abril de 2025, para Municípios com até 250.000 (duzentos e cinquenta mil) habitantes.*
- **Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB**, estabelecido na Lei nº 11.445/2007, Lei de Saneamento Básico, alterada pela Lei nº 14.026/2020, Marco Legal do Saneamento: os PMSB são também obrigatórios para a contratação ou concessão de serviços, bem como para o acesso a recursos financeiros da União, quando destinados a serviços de saneamento básico.
- **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**, conforme Lei nº 12.305/2010, Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

MUNICÍPIOS	Legislação Urbanística				Legislação ambiental e de mobilidade		
	Plano Diretor	Uso e ocupação do solo	Parcelamento do solo	Perímetro urbano	Plano de mobilidade urbana	Plano Municipal de Saneamento	Plano Municipal de Resíduos Sólidos
Águas Lindas	Lei nº1184/2019 (*) (1º Lei 341/2002)	Anexo ao Plano Diretor	PD define algumas regras para novos loteamentos	PD remete a Lei específica, não elaborada	x	x	Lei Municipal nº 1.486/2021
Cidade Ocidental	Lei nº 993/2016 (*)	Lei nº 1027/2016	Lei nº 1026/2016	Consta do Plano Diretor	Lei 1.356/2023	Lei nº 154/2022	
Luziânia	Lei 2987/2006	Lei nº 2991/2006, Lei nº3219/2008		Lei nº 3878/2016 - alterada pela Lei nº4.638/2024 -	x	Decreto nº 75/2023	x
Novo Gama	Lei 629/2006, alterada pelas leis 848 e 849 ambas de 2008	Lei nº 633/2006, alterada pelas leis 872/2008, 1.150/2011, 1.433/2013		Lei nº 634/2006, alterada pela Lei 841/2008	x	x	x
Santo Antônio do Descoberto	Lei nº 1060/2017 (*)	x	x	x	x	x	x
Valparaíso	LC nº 63/2012	LC nº 44/2008		x	x	x	x

(*) com anexos

Tabela 13 - Legislação urbanística, ambiental e de mobilidade dos Municípios-pilotos. Elaboração L&K

Observando-se a tabela acima, verificamos a situação crítica dos planos setoriais. Entre os municípios-pilotos, apenas Cidade Ocidental possui Plano de Mobilidade Urbana. Novamente, Cidade Ocidental, desta vez acompanhada por Luziânia, possuem Plano Municipal de Saneamento, nesta última aprovado por decreto municipal. Quanto ao Plano Municipal de Resíduos Sólidos, somente dois municípios-pilotos possuem legislação: Cidade Ocidental e Águas Lindas de Goiás. Além de serem instrumentos fundamentais na definição de planos e ações de orientação da gestão pública, são condição para o acesso a recursos financeiros da União. Deve-se reconhecer o desempenho positivo de Cidade Ocidental, considerando o quadro completo das legislações pesquisadas.

A observação da legislação urbanística é bem mais promissora, uma vez que todos os seis municípios-pilotos possuem plano diretor. Entretanto, três deles (Luziânia, Novo Gama e Valparaíso de Goiás) estão defasados no prazo de, pelo menos, 10 anos, determinados para sua revisão na Lei nº 10.257/2001, artigo 40 parágrafo 3º - Estatuto da Cidade. Essa revisão é fundamental para garantir que o plano diretor esteja alinhado com as necessidades e mudanças do município ao longo do tempo, avaliar o desenvolvimento urbano e adaptar o plano diretor às demandas atuais e futuras da cidade. Considerando o crescimento acelerado destes municípios, entende-se que o prazo é excessivo. Assim, Cidade Ocidental e Santo Antônio do Descoberto já deveriam estar em processo de revisão. Contribui para esse entendimento a constatação de alterações em alguns planos diretores feitas isoladamente, fora de um processo técnico, participativo e construtivo definido pela legislação. É o caso, por exemplo, da Lei nº 4.638/2024, que altera o perímetro urbano de Luziânia, bem como as alterações de uso e ocupação do solo no Novo Gama, consoante se observa na tabela acima.

Conforme constatado no Caderno de Leitura Institucional e Perceptiva, apesar de os planos diretores dos seis municípios-pilotos instituírem os instrumentos de política urbana preconizados pelo Estatuto da Cidade, nas legislações locais não foram encontradas regulamentações para que estes instrumentos pudessem ser colocados em prática. Apenas a Cidade Ocidental relatou que está aplicando a outorga onerosa do direito de construir, valor que é direcionado ao fundo municipal e está sendo utilizado para benfeitorias em áreas onde há carência de equipamentos públicos e espaço de convivência. O uso dos instrumentos urbanísticos combinado com instrumentos tributários e administrativos permite que os gastos públicos sirvam ao desenvolvimento da cidade e privilegiem as áreas geralmente desconsideradas

no processo de urbanização e ocupação do território. Os instrumentos urbanísticos e tributários previstos no Estatuto da Cidade também podem produzir uma alteração do cenário orçamentário do município, pois oferecem ao gestor a possibilidade de aumentar a oferta de recursos financeiros, sempre tão necessários.

As questões aqui colocadas não são muito diferentes das enfrentadas por outros municípios, conforme avaliado por estudo do IPEA¹², que fez um balanço da elaboração e da implementação dos planos diretores, tidos como o principal instrumento da política urbana na esfera municipal. O estudo constata que, na grande maioria dos planos analisados, a incorporação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade é feita apenas pela transcrição de partes do texto legal ou de maneira desarticulada, sem considerar a relação com o território e a capacidade de gestão do município.

Outros problemas levantados pelo estudo são percebidos em alguns planos diretores dos municípios-pilotos e estão listados abaixo, enfatizando-se pontos positivos e negativos:

¹² [Institucionalidade e governança.pdf \(ipea.gov.br\)](#) em 24.03.2024

PLANO DIRETOR

Ordenação e controle do uso do solo

PONTOS POSITIVOS

A temática da regularização fundiária é citada com destaque nos planos diretores da região. A atuação conjunta para a regularização fundiária pode ser mais efetiva, especialmente nas regiões de conurbação e onde os limites são imperceptíveis. A atuação conjunta para o gerenciamento da bacia do Rio Corumbá também foi mencionada nos planos dos municípios que o rio atravessa.

PONTOS NEGATIVOS

Na confrontação entre o zoneamento dos planos diretores e a real ocupação do solo, demonstrada nos mapas que compõem o Caderno de Leitura Institucional e Perceptiva, foi observada a informalidade dessa ocupação, em especial nas zonas rurais de alguns municípios, além da inadequação fundiária relatada nas entrevistas com agentes públicos. Também foi observada a proliferação de ocupação às margens do Lago Corumbá IV.

PLANO DIRETOR

**Redução das
desigualdades
socioeconômicas**

PONTOS POSITIVOS

Grande avanço na descentralização e ampliação das competências legais transferidas para os municípios.

PONTOS NEGATIVOS

Inadequação da regulamentação dos instrumentos tributários financeiros e jurídicos políticos, por falha na conceituação, demarcação no território e definição de parâmetros urbanísticos, sem as quais o instrumento perde efetividade.

PLANO DIRETOR

Gestão do território

PONTOS POSITIVOS

Os planos diretores de alguns municípios mencionam o estabelecimento de consórcios e do trabalho conjunto para a obtenção de dados demográficos, para subsidiar políticas públicas; alguns municípios já estão utilizando consórcios, principalmente na área de abastecimento de água, energia elétrica e resíduos sólidos, com resultados positivos.

PONTOS NEGATIVOS

Dificuldades de articulação entre os diferentes planos setoriais, em especial na articulação horizontal entre eles;

Desarticulação entre os planos municipais e entre estes e um planejamento metropolitano, produzindo a fragmentação da gestão do espaço metropolitano e reduzindo as possibilidades de conformação de uma governança metropolitana.

PLANO DIRETOR

Recursos técnicos e financeiros, acesso à informação

PONTOS POSITIVOS

Apesar da dificuldade, pode-se constatar a ação positiva de município que possui quadro próprio de servidores com formação compatível à demanda dos planos diretores;

O estabelecimento de um sistema conjunto de informações, ferramenta de trabalho indispensável aos gestores nos dias atuais, surge como uma possível meta a ser priorizada citada em alguns planos.

PONTOS NEGATIVOS

Dificuldade no acesso a recursos técnicos e financeiros, notadamente nos pequenos municípios; falta de recursos financeiros para operar as políticas urbanas;

Dificuldade de formar, ampliar e fortalecer as equipes responsáveis pelos trabalhos técnicos demandados pelos planos diretores e setoriais, tanto na fase de elaboração quanto de implementação e monitoramento; e

Dificuldade de obtenção de dados referentes ao município, especificamente sobre a legislação urbana, muitas vezes não disponíveis no site da prefeitura, ou com acesso difícil e incompleto, inviabilizando o conhecimento da legislação, quando existente

PLANO DIRETOR

Gestão democrática e processo participativo

PONTOS POSITIVOS

Alguns propõem diretrizes para o fortalecimento da gestão urbana participativa e ações que incentivem a participação social na elaboração e implementação da política urbana.

PONTOS NEGATIVOS

Necessidade de aprofundar a discussão nos municípios acerca da gestão democrática e conferir maior efetividade aos canais de participação, sobretudo no sentido de incluir segmentos populares nos processos decisórios;

Dificuldades relativas à participação social, à transparência e à prestação de contas.

PLANO DIRETOR

**Direito à moradia,
saneamento ambiental,
infraestrutura urbana**

PONTOS POSITIVOS

Os planos diretores de alguns municípios expõem a necessidade de execução de políticas de saneamento e de resíduos sólidos, assim como de estabelecimento de consórcio.

PONTOS NEGATIVOS

Fragilidade nas propostas que viabilizem o acesso da população aos serviços de saneamento: poucos municípios formulam estratégias para a política de saneamento ambiental, especialmente diante da dificuldade dos municípios assumirem a gestão dos serviços de saneamento;

Política de habitação de pouca efetividade e inexistência de estratégias socio territoriais de enfrentamento da questão habitacional.

PLANO DIRETOR

Mobilidade urbana

PONTOS POSITIVOS

Alguns planos diretores destacam a importância da atuação conjunta no incremento da qualidade da mobilidade metropolitana, principalmente, na solução do problema da migração pendular; mesmo sendo apenas uma referência, serve como instrumento de orientação para definição das ações e investimentos públicos.

PONTOS NEGATIVOS

Não há proposta clara e objetiva de um planejamento e gestão integrados e de uma melhor articulação dos entes federados envolvidos.

PLANO DIRETOR

Desenvolvimento econômico

PONTOS POSITIVOS

O PDOT destaca a promoção do desenvolvimento econômico de Brasília de forma integrada com as cidades próximas, propondo a instalação de empreendimentos de grande porte nos eixos de articulação e de integração com os municípios limítrofes do DF; os planos diretores dos municípios também mencionam a integração no campo econômico; a maioria dos planos elencam o turismo, principalmente o ecoturismo e o turismo rural, como vocações a serem impulsionadas.

PONTOS NEGATIVOS

A excessiva dependência econômica do Distrito Federal é um dos elementos que mais caracteriza a Região Metropolitana de Brasília.

Em todos os planos diretores dos municípios-pilotos e do DF encontram-se preocupações com uma melhor distribuição dos espaços urbanos. Adensamento adequado, aproveitamento de centralidades e uma melhor distribuição dos equipamentos públicos vigoram entre as metas a serem alcançadas.

O PDOT 2009, por exemplo, identifica que as margens da rodovia BR-040 são uma região para expansão econômica. A rodovia corta o território de Valparaíso de Goiás e exerce influência na dinâmica de Novo Gama e Cidade Ocidental. Proposta semelhante é apresentada para as margens da rodovia DF-290, que passa por Brasília e por Novo Gama e Valparaíso de Goiás

A desigualdade que existe entre Brasília e os municípios-pilotos contribui para, entre outras consequências, uma sobrecarga dos serviços públicos providos pelo Distrito Federal. Percebe-se essa sobrecarga também na área conurbada na divisa sudoeste do DF, na confluência entre o Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental e Luziânia, em Goiás, assim como Gama e Santa Maria, no DF. A integração da gestão e a estruturação das ações por meio de trabalho conjunto pode colaborar para reduzir o quadro de dependência, além de levar à qualificação dos gestores, para o alcance dos objetivos.

É o caso, por exemplo, da otimização dos equipamentos públicos. Conforme observado nos mapas dos seis municípios-pilotos, a seguir, a distribuição destes equipamentos, assim como a quantidade e a distância entre eles, não é condizente com os indicadores do planejamento urbano. A solução de condomínios fechados, agrava o quadro por não disponibilizarem áreas para a construção desses equipamentos para atender a população ali instalada, sobrecarregando a estrutura já precária do município.

Entretanto, apesar de todas as problemáticas expostas, os planos diretores podem contribuir para identificar as prioridades e direcionar as ações, visando se obter um espaço urbano mais estruturado. O desenvolvimento de um Plano Diretor no município não deve apenas considerar as determinações legais do Estatuto da Cidade, mas deve constituir importante ferramenta de orientação à gestão municipal e, em especial, para a equalização dos investimentos públicos e para a melhoria da qualidade do espaço urbano. Nesse sentido, é fundamental, e um grande desafio, o envolvimento de distintos segmentos sociais em torno de compromissos.

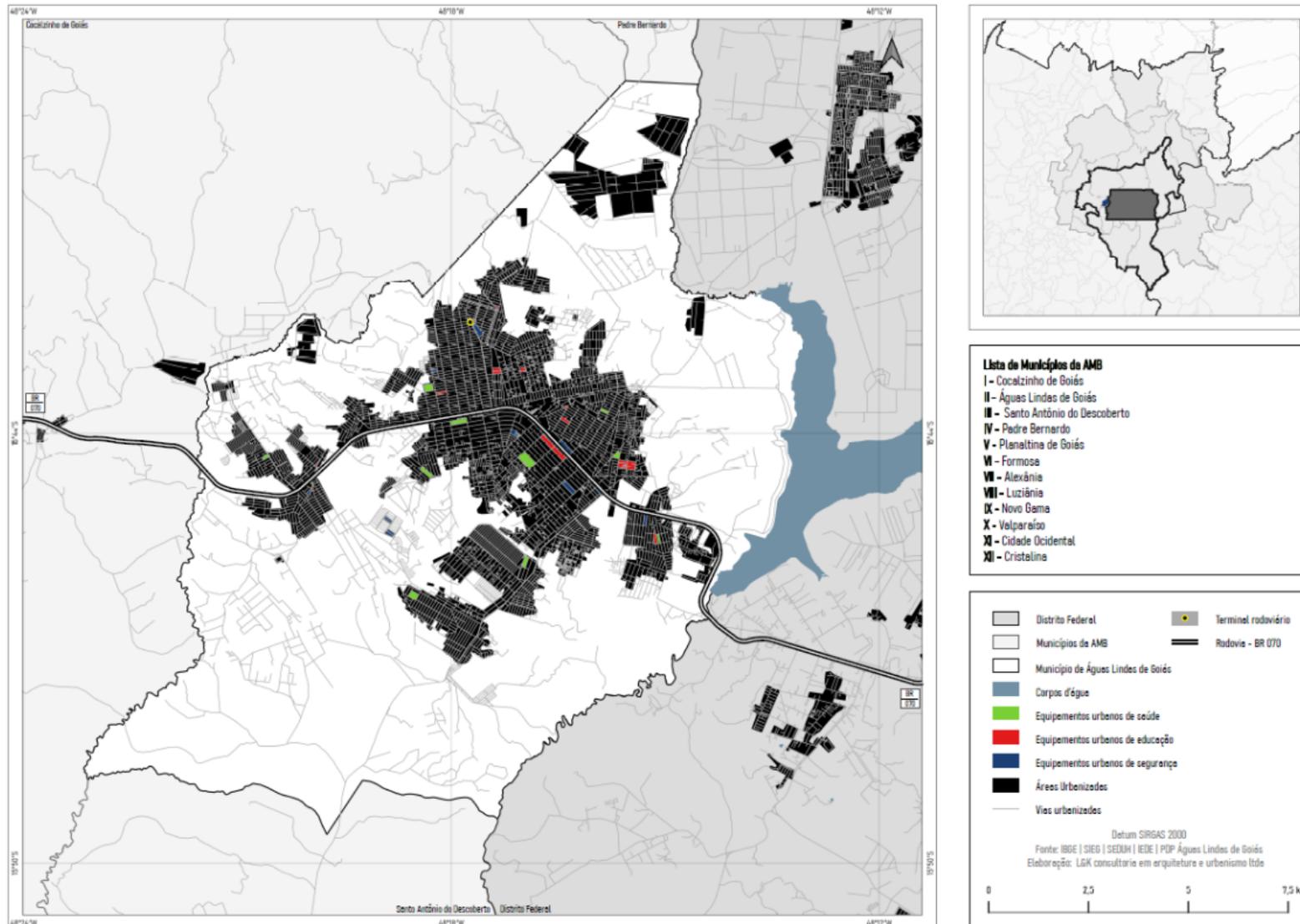


Figura 19 - Mapa Equipamentos Urbanos de Águas Lindas de Goiás Elaboração L&K

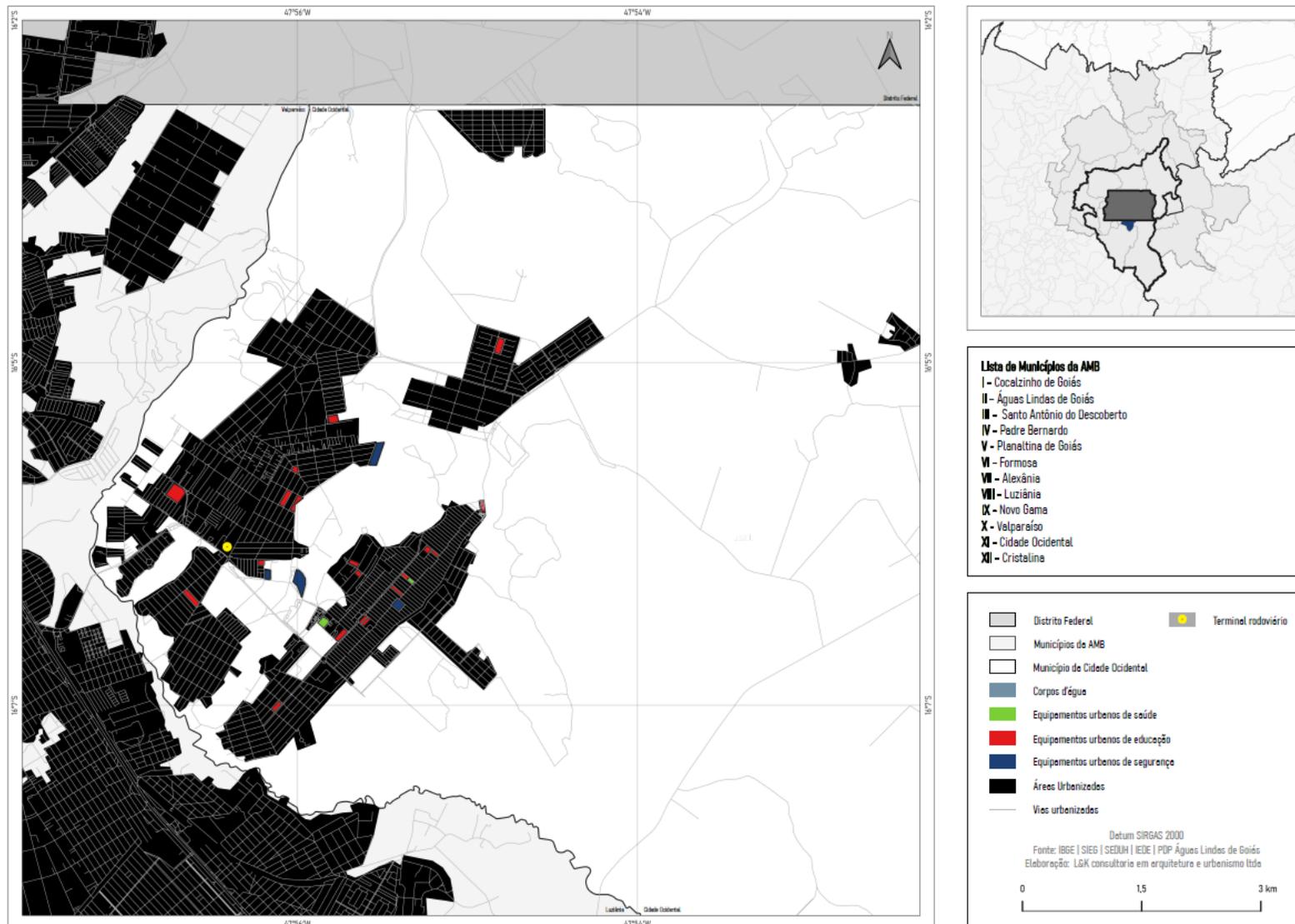


Figura 20 - Mapa Equipamentos Urbanos de Cidade Ocidental Elaboração L&K

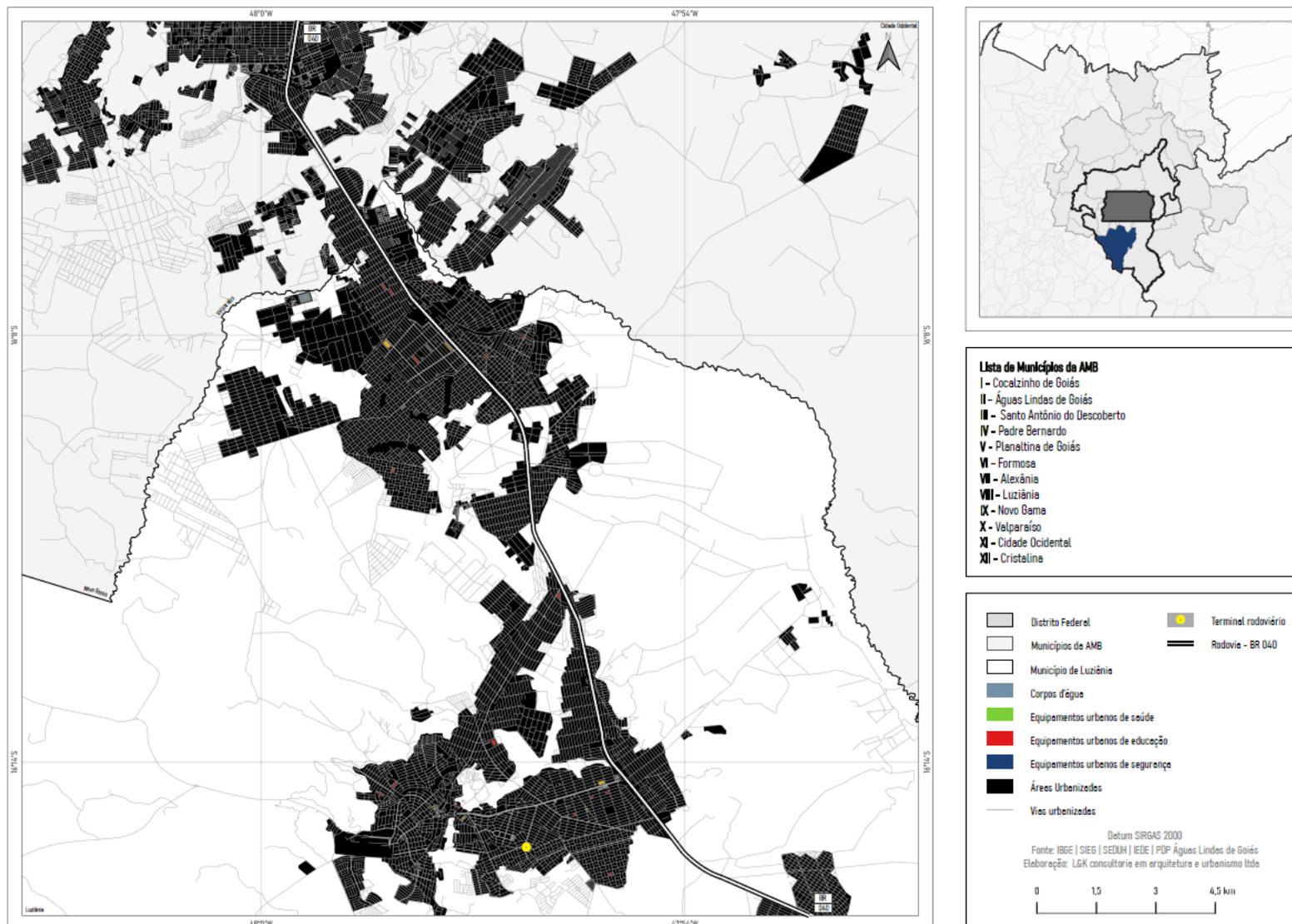


Figura 21 - Mapa Equipamentos Urbanos de Luziânia Elaboração L&K

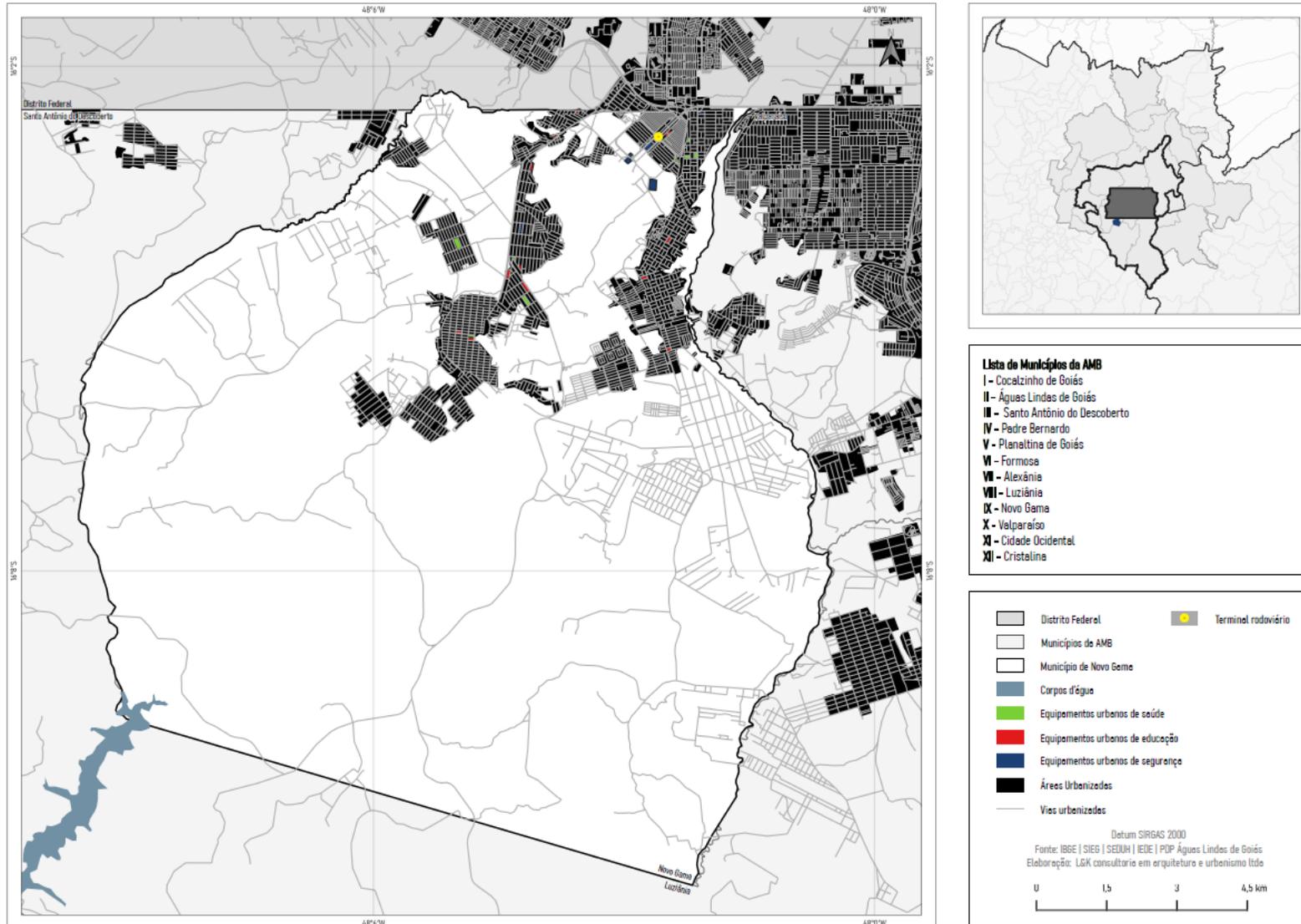


Figura 22 - Mapa Equipamentos Urbanos de Novo Gama Elaboração L&K

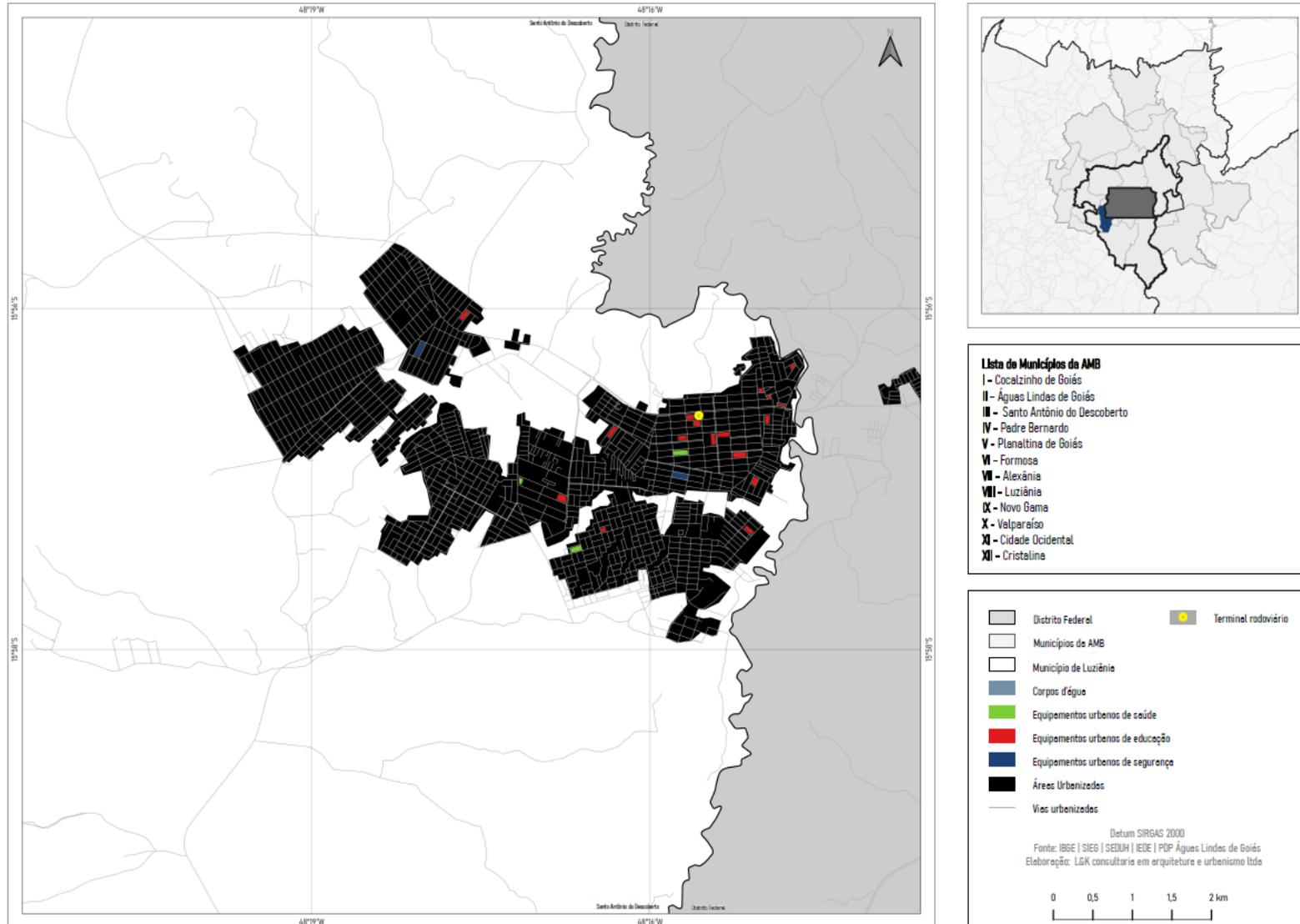


Figura 23 - Mapa Equipamentos Urbanos de Santo Antônio do Descoberto Elaboração L&K

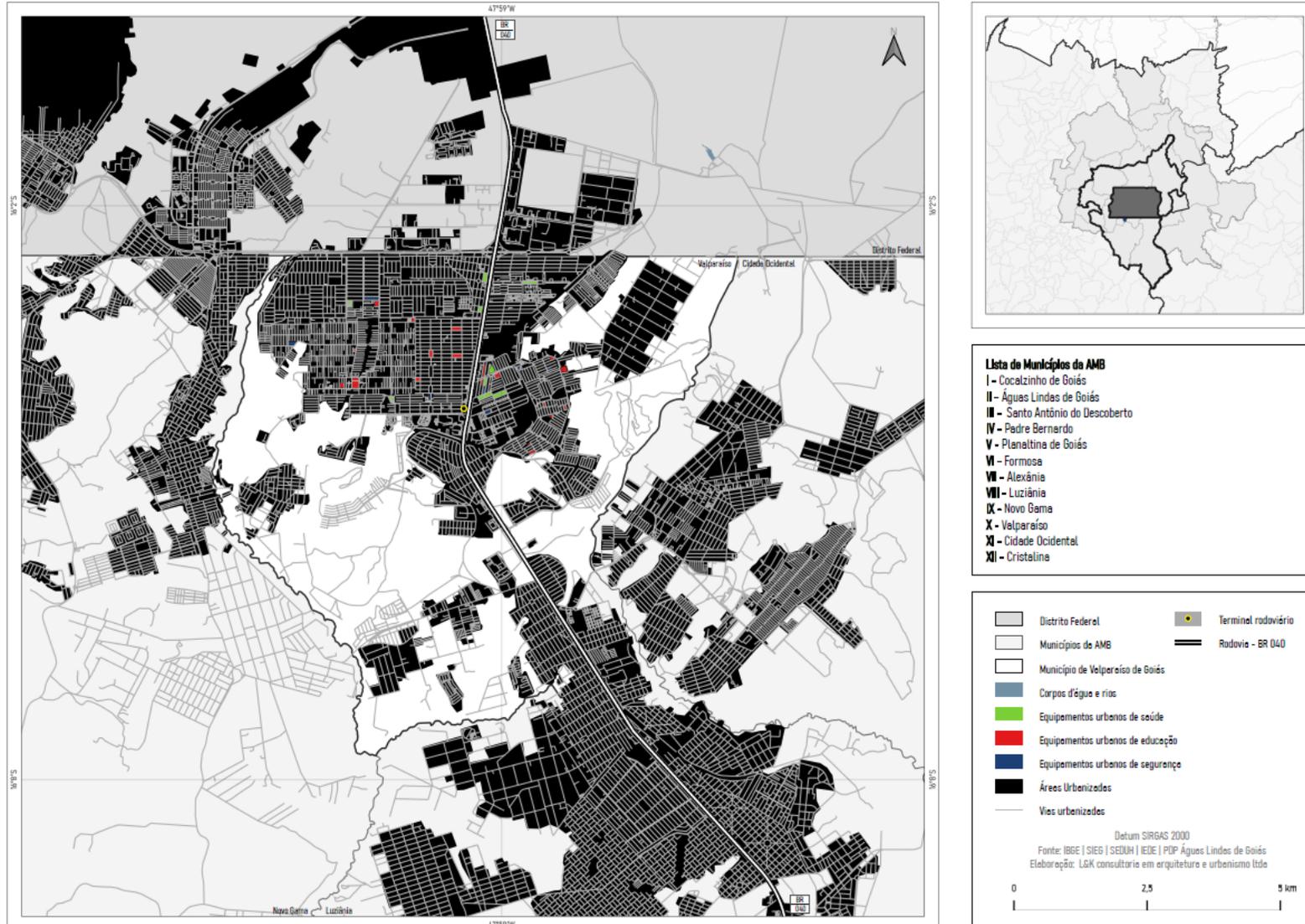


Figura 24 - Mapa Equipamentos Urbanos de Valparaíso Elaboração L&K

2. CONCLUSÃO



“Olho no mapa da cidade como quem examinasse a anatomia de um corpo.”

Mário Quintana, em sua poesia “O Mapa”

Durante o desenvolvimento deste estudo, nossa principal meta foi aprofundar o entendimento sobre a realidade dos seis municípios piloto, examinando suas interações, fragilidades e potencialidades de maneira mais detalhada. Para alcançar esse objetivo, utilizamos como ponto de partida os dados disponibilizados nos cadernos anteriores, especialmente no Caderno de Leitura Crítica e no Caderno de Leitura Institucional e Perceptiva. Além disso, enriquecemos nossa análise com informações adicionais obtidas através de diálogos com os técnicos das respectivas prefeituras, os quais participaram de reuniões conosco, e também consideramos os resultados dos questionários preenchidos pelas próprias prefeituras. Essa abordagem nos permitiu obter uma visão mais abrangente e fundamentada da situação de cada município, facilitando a identificação de áreas de oportunidade e desafios a serem enfrentados.

Este diagnóstico urbano representa uma síntese da análise de dados e informações pesquisadas sobre o histórico de urbanização dos seis municípios. Ele concentra-se em aspectos demográficos, econômicos, de saneamento, sustentabilidade, habitação, mobilidade urbana e legislativos relacionados ao uso do solo. Essas áreas temáticas fornecem insights essenciais para uma compreensão mais profunda do ambiente estudado e suas interações.

Ao abordar os desafios urbanos, é crucial reconhecer que eles estão interligados e devem ser tratados de forma integrada e sistêmica. Muitas vezes, procuramos soluções rápidas e setoriais, entretanto estamos lidando com fenômenos complexos e específicos que exigem uma abordagem interdependente e holística.

A fragilidade decorrente da falta de renda, combinada com uma mobilidade limitada de baixa qualidade e a ausência de saneamento básico, juntamente com as dificuldades habitacionais, requer abordagens de políticas integradas e de médio e longo prazo, em vez de intervenções pontuais e imediatas. Essa multiplicidade de vulnerabilidades pode ser identificada e até mesmo generalizada em todo o território, porém as soluções devem ser desenvolvidas de maneira específica, levando em consideração as particularidades da região e municípios.

Nos quadros abaixo apresentamos alguns dados que analisados em conjunto mostram uma realidade urbana de muitas desigualdades espaciais e sociais. Cabe ressaltar que são pontos bem comuns à realidade brasileira. Importante ressaltar que o IBGE está em fase de tabulação de dados. Por essa razão, durante o desenvolvimento desse trabalho podem surgir novas informações. Elas serão acrescentadas no final do trabalho à medida que tivermos acesso. Outra questão relevante é a metodologia adotada por cada instituto de pesquisa que podem apresentar pequenas diferenças entre os dados. Daí a importância de colocarmos as fontes. Mas com certeza não prejudicarão as conclusões desse trabalho.

ÁGUAS Lindas

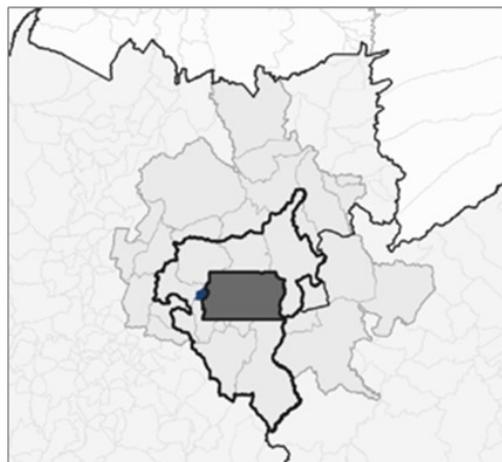
Área 191,807 km²(IBGE 2022)

População 225 693 pessoas

Taxa crescimento anual 2,94%

Densidade 1 176,61 hab./km²

(IBGE 2022)



48%
população atendida com rede de esgoto

83%
Índice de esgoto tratado

(IMB/GO 2021)

PIB per capita
R\$11 052,00

Salário médio mensal dos trabalhadores formais
1,8 SM

(IBGE 2021)

6,98%
População ocupada

(IBGE 2021)

61,32%
População ocupada trabalha no DF

(IPDEF 2019/20)

100%
População atendida com coleta de lixo

Lixão e Unidade de triagem

(IMB-GO 2021)

R\$755,88
Renda média domiciliar

31,2% ou 24 207 famílias
(R\$688,11 média)
População recebe bolsa família

(MDS/SAGICAD 2024)

55%
Aumento frota veículos (2010-2022)

(IBGE 2022)

100%
População atendida com abastecimento de água

(IMB/GO 2021)

11,9% ou 8 918 famílias
População em situação de déficit habitacional

59,45%
Habitação precária

40%
Ônus excessivo de aluguel

(IMB-GO2021)

99,13%
população atendida com rede de energia

(IPDEF 2019/20)

CIDADE OCIDENTAL

Área 389,985

População 91 767 pessoas

Taxa crescimento anual 4,21%

Densidade 235,31 hab/km²

(IBGE 2022)



62%
população atendida com rede de
esgoto

100%
Índice de esgoto tratado

(IMB/GO-2021 /SANEAGO 2019)

99,8%
População atendida com coleta de
lixo

Aterro Sanitário

(IMB/GO-2020)

100%
população atendida com
abastecimento de água

(IMB/GO-2021 SANEAGO)

PIB per capita
R\$ 13 258,00

Salário médio mensal
trabalhadores formais
2 SM

(IBGE 2021)

R\$ 969,58
Renda média domiciliar

32,2% ou 10 771 famílias
(R\$683,4 média)
População recebe bolsa família

(MDS/SAGICAD 2024)

7,06% ou 2 416 famílias
População em situação de déficit
habitacional, sendo 96,2% com
ônus excessivo de aluguel

(IMB 2021)

8,5%
População ocupada

(IBGE 2021)

52,9%
população ocupada que trabalha
no DF

(IPDEF 2019/20)

46%
Aumento frota veículos (2010-
2022)

(IBGE-2022)

99,13%
População atendida com rede de
energia

(IPDEF 2019/20)

LUZIÂNIA

Área 3 9662,107 KM²

População 209 129 pessoas

Taxa crescimento anual 1,52%

Densidade 52,78 hab/km²

(IBGE 2022)



23%
População atendida com rede de esgoto

100%
Índice de esgoto tratado

(IMB/GO- 2021/SANEAGO 2019)

93%
População atendida com coleta de lixo

Aterro controlado

(IMB/GO 2020)

100%
População atendida com abastecimento de água

(IMB/GO-SANEAGO 2021)

PIB per capita
R\$ 25 322,00

Salário médio mensal trabalhadores formais
2 SM

(IBGE 2021)

R\$723,26
Renda média domiciliar

(IMB-GO 2021)

31,4% ou 23 414 famílias
(R\$689,72 média)
População recebe bolsa família

(MDS/SAGICAD 2024)

6,7% ou 4 613 famílias
População em situação de déficit habitacional, sendo 94,2% com ônus excessivo de aluguel

(IMB/GO 2021)

12,74%
População ocupada

(IBGE 2021)

59,38%
População ocupada trabalha no DF

(IPDEF 2019/20)

34%
Aumento frota veículos (2010-2022)

(IBGE 2022)

99,93%
População atendida com rede de energia

(IPDEF 2019/20)

NOVO GAMA

Área 192,285 km²

População 103.804 pessoas

Taxa crescimento anual 0,74%

Densidade 539,84 hab/km²

(IBGE 2022)



39%

População atendida com rede de esgoto

100%

Índice de esgoto tratado

(IMB/GO 2021/SANEAGO 2019)

99%

População atendida com coleta de lixo

Lixão

(IMB/GO 2020)

100%

População atendida com abastecimento de água

(IMB/GO 2021)

PIB per capita

R\$9 645,00

Salário médio mensal trabalhadores formais
2 SM

(IBGE 2021)

R\$744,27

Renda média domiciliar

31,85% ou 10 224 famílias
(R\$692,85)

População recebe bolsa família

(MDS/SAGICAD 2024)

5,1% ou 1 755 famílias

População em situação de déficit habitacional, sendo 95,04% com ônus excessivo de aluguel

(IMB/GO 2021)

4,93%

População ocupada

(IBGE 2021)

30,75%

População ocupada trabalha no DF

(IPDEF 2019/20)

22%

Aumento frota veículos (2010-2022)

(IBGE 2022)

99,72%

População atendida com rede de energia

(IPDEF 2019/20)

SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO

Área 943,948 km²

População 72 127 pessoas

Taxa crescimento anual 1,10%

Densidade 76,41 hab/km²

(IBGE 2022)



64%
População atendida com rede de esgoto

100%
Índice de esgoto tratado

(IMB/GO 2021/SANEAGO 2019)

90%
População atendida com coleta de lixo

Lixão e unidade de triagem

(IMB/GO 2020)

100%
População atendida com abastecimento de água

(IMB/GO 2021)

PIB per capita
R\$10 740,31

Salário médio mensal trabalhadores formais
2 SM

(IBGE 2021)

R\$574,80
Renda média domiciliar

36,2% ou 9 583 famílias
(R\$ 684,64 média)
População recebe bolsa família

(MDS/SAGICAD 2024)

6,8% ou 1 649 famílias
População em situação de déficit habitacional, sendo 79,8% com ônus excessivo de aluguel

(IMB-GO2021)

7,89%
População ocupada

(IBGE 2021)

59,38%
População ocupada trabalha no DF

(IPDEF 2019/20)

39%
Aumento frota veículos (2010-2022)

(IBGE 2022)

99,83%
População atendida com rede de energia

(IPDEF 2019/20)

VALPARAÍSO

Área 61,488 km²

População 198 861 pessoas

Taxa crescimento anual 3,53%

Densidade 3 234 ,14 hab/km²

(IBGE 2022)



52%

População atendida com rede de esgoto

100%

Índice de esgoto tratado

(IMB/GO 2021/SANEAGO)

100%

População atendida com coleta de lixo

Aterro sanitário de Cidade Ocidental

(IMB/GO 2022)

100%

População atendida com abastecimento de água

(IMB/GO 2021)

PIB per capita
R\$16 870,66

Salário médio mensal trabalhadores formais
1,8 SM

(IBGE 2021)

R\$1 098,98

Renda média domiciliar

18,6% ou 12 369 famílias
(R\$690,32 média)

População recebe bolsa família

(MDS/SAGICAD 2024)

1,6% ou 1 133 famílias

População em situação de déficit habitacional, sendo 79,8% com ônus excessivo de aluguel

(IMB-GO2021)

12%

População ocupada

(IBGE 2021)

55,57%

População ocupada trabalha no DF

(IPEDF 2019/20)

14%

Aumento frota veículos (2010-2022)

(IBGE 2022)

99,08%

População atendida com rede de energia

(IPEDF 2019/20)

Conforme elencado neste trabalho e nos Cadernos de Leitura Crítica e de Leitura Institucional, apontamos algumas constatações:

Polarização do Plano Piloto que exerce forte centralidade na região

Fragmentação do tecido urbano no DF e municípios, com ocupações esparsas e vazios urbanos, gerando deseconomia e falta de otimização de equipamentos públicos

O esgarçamento do tecido urbano dessa região igualmente, eleva o custo de implantação de equipamentos de serviços básicos (água, esgoto, resíduos sólidos, energia e drenagem), tendo como ponto crítico a deficiência no atendimento da população com rede de esgoto e de drenagem

Carência de oferta de trabalho nos municípios e altos custos de moradia no DF, ocasionando fluxos intensos de caráter pendular nos deslocamentos da população, com elevadas distâncias e baixas densidades entre os destinos

Falta de integração do serviço de transporte público coletivo semiurbano entre os municípios e o DF, acarretando sobreposição com as linhas locais bem como, um desequilíbrio no sistema, que gera aumento do custo da passagem e maior tempo de viagem despendido pelos usuários

Carência de recursos humanos, técnicos e financeiros nas prefeituras, o que prejudica o planejamento e a formulação de políticas públicas pautadas em banco de dados e informações periodicamente atualizados

A estreita relação desta região com o Distrito Federal destaca a importância de abordagens colaborativas, que estejam alinhadas aos objetivos da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico - RIDE DF e Entorno, garantindo simultaneamente a implementação de políticas públicas integradoras. Os municípios em análise exibem uma diversidade de níveis de desenvolvimento econômico e social, caracterizados por disparidades significativas, especialmente em relação à renda per capita e ao acesso da população a serviços públicos

A partir das análises dos dados coletados e constatações apresentadas, é necessário buscar soluções que fomentem um círculo virtuoso de qualidade de vida, promovam a criação de empregos, uma mobilidade inteligente e contribuam para uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis.

Bibliografia Consultada



BERTAUD, Alan. Ordem sem Design, como os mercados moldam as cidades. Porto Alegre: Bookman, 2023

CAMARA DE VEREADORES DE ÁGUAS LINDAS, CIDADE OCIDENTAL, CRISTALINA, FORMOSA, LUZIÂNIA, NOVO GAMA, PADRE BERNARDO, SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO E VALPARAISO, GOIÁS. Sites oficiais

CARVALHO DE SOUZA, Sergio Magno. Reestruturação produtiva, produção de subcentros e desigualdades socioespaciais na Ride-DF. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Brasília, 2016. 321f. Disponível em: [2016_SergioMagnoCarvalhodeSouza.pdf](#)

CODESE/DF – Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do Distrito Federal. Panorama do Desenvolvimento do Distrito Federal. Trabalho contratado com a MACROPLAN PROSPECTIVA ESTRATÉGIA E GESTÃO S/S LTDA. Maio, 2022.
<http://codesedf.org.br/>

GEHL, Jan. Cidades para Pessoas. 2 Ed. São Paulo: Perspectiva, 2013

GODOY, Raimundo...[et al] . 2 ed. Belo Horizonte: Escola de Gestão Aquila, 2022

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN. Entorno do Distrito Federal: Programa Estratégico de Desenvolvimento. Brasília: Ed. Comunicação Popular Ltda, 1992

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL- SEPLAN/CODEPLAN. Distrito Federal em Síntese – Informações Socioeconômicas e Geográficas, 2012

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL- CODEPLAN. Região Metropolitana do Distrito Federal: subsídios para a sua criação. Brasília, DF, 2019

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL- CODEPLAN. Nota Técnica- A Área de Influência de Brasília e Proposta de Ampliação da RIDE do DF e Entorno. Brasília, DF, 2013

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL- CODEPLAN. Fluxos Intra metropolitanos-Distrito Federal e Municípios Adjacentes. Brasília, DF, 2014.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL- CODEPLAN. Nota Técnica nº 1/2014 – Delimitação do espaço metropolitano de Brasília (Área Metropolitana de Brasília). Brasília, DF, 2014

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL- CODEPLAN/ IPEDF – Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal. PMAD 2013, 2015, 2017/18 e 2019/20

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL- CODEPLAN/ IPEDF – Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal. Transporte Interestadual Semiurbano de Passageiros, Deura/ CODEPLAN

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL- CODEPLAN/ IPEDF – Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal. TD 58- Transporte Coletivo na Área Metropolitana de Brasília, 2023.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL- CODEPLAN/ IPEDF – Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal. Relatório do Sistema Interestadual Semiurbano de Passageiros, 2023.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL- CODEPLAN/ IPEDF – Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal. Informe Territorial nº 1 e 2 de 2023.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL- SEDUH-Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. PDOT e suas revisões.

<https://www.seduh.df.gov.br/>

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, Região Metropolitana de São Paulo – PDUI.

<https://rmsp.pdui.sp.gov.br/>

GOVERNO FEDERAL – Secretaria Especial de Políticas Regionais-SEP/ Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura-IICA/ Centro de Ensino Unificado de Brasília-CEUB. Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Região Centro Oeste-PLANOESTE. 1999

GOVERNO FEDERAL – Ministério do Desenvolvimento Regional/MDR - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH. Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores. GuiaparaElaboraoeRevisodePlanosDiretores_compressed.pdf

GOVERNO FEDERAL- IPEA- Instituto de Pesquisa Aplicada. NT nº 1- Estimativas do Déficit Habitacional Brasileiro (2007-2011) – 2013. Bernardo Alves Furtado, Vicente Correia Lima Neto e Cleandro Krause -2010.

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5809/1/NT_n01_Estimativas-deficit-brasileiro-2007-2011-municipios-2010_Dirur_2013-maio.pdf

GOVERNO FEDERAL-IPEA. Cecília de Faria Sampaio. Identificação e Caracterização das Relações Inter federativas na RIDE DF e Entorno.

GOVERNO FEDERAL-IPEA. Kássia Castro e outros. Processo de evolução dos Instrumentos de Gestão na Busca por Uma Relação Inter federativa.

GOVERNO FEDERAL-IPEA. Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: Análise Comparativa das Funções Públicas de Interesse Comum (2013). Relatório de Pesquisa 1.2. N.01, 2013. Disponível em: www.ipea.gov.br

GOVERNO FEDERAL- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME-MDS/ BOLSA FAMÍLIA. 2024

GOVERNO DE GOIÁS – Instituto Mauro Borges. Atlas do Estado de Goiás, publicado em 2018 e atualizado em 2021.

<https://www.imb.go.gov.br/>

GOVERNO DE GOIÁS – Instituto Mauro Borges. Goiás em Dados. Publicações. 2010-2022. Consultas ao Banco de Dados Estatísticos-BDE. <https://www.imb.go.gov.br/>

GOVERNO DE GOIÁS – Instituto Mauro Borges. Informes Técnicos. Várias publicações. 2010-2022. <https://www.imb.go.gov.br/>

GOVERNO DE GOIÁS- Instituto Mauro Borges. Criação da Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal. IMB, 2023.

<https://www.imb.go.gov.br/>

GOVERNO DE MINAS GERAIS- Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Caderno de Indicadores: A Região que Habitamos. (livro eletrônico); organização Clarice Gonçalves Santos do Vale, Gabrielle Sperandio Malta. Belo Horizonte, MG: Ed. Das Autoras, 2021.

GOVERNO DE MINAS GERAIS-FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Site

LOPES, Wilza et al. Reflexões sobre o plano diretor como instrumento de gestão em municípios brasileiros. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 30, p. 145-168, 2017.

PREFEITURAS MUNICIPAIS DE ÁGUAS LINDAS, CIDADE OCIDENTAL, CRISTALINA, FORMOSA, LUZIÂNIA, NOVO GAMA, PADRE BERNARDO, SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO E VALPARAISO, GOIÁS. Sites oficiais

SANEAGO-GO. Balanço 2023 e Demonstrações Financeiras, dezembro de 2023.

SENADO FEDERAL/GABINETE SENADOR INÁCIO ARRUDA. Estatuto da Cidade 10 anos: avançar no planejamento e na gestão urbana. 2011

SOARES, Otávio. "Fim das Fronteiras"? Perspectivas para a Região Metropolitana de Brasília. Tese (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Universidade de Brasília, 2019. 144f. Disponível em: 2019_OlavoSoaresdoNascimento (1).pdf

SOUZA, Sergio Magno Carvalho de. Gestão regional e metropolitana na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF): arranjo institucional, agentes e políticas públicas. Universidade de Brasília -UnB/ SUDECO.

MILLER, John Lawrence. Impacto Brasília. Brasília: Editora Ser, 2007